

íDEA

Instituto de Planejamento Econômico e Social

INPES

Instituto de Pesquisas

TEXTOS PARA DISCUSSÃO INTERNA

Nº 149

"Uma Análise Comparativa de
Alguns Resultados do Suplemen
to Previdência da PNAD-83 e
Dados da DATAPREV"

Kaizô Iwakami Beltrão
Francisco E. B. de Oliveira

Julho de 1988



TEXTOS PARA DISCUSSÃO INTERNA

Nº 149

"Uma Análise Comparativa de
Alguns Resultados do Suplemen
to Previdência da PNAD-83 e
Dados da DATAPREV"

Kaizō Iwakami Beltrão
Francisco E. B. de Oliveira

Julho de 1988

Tiragem: 50 exemplares

Trabalho concluído em: Julho de 1988

Instituto de Pesquisas do IPEA
Instituto de Planejamento Econômico e Social
Avenida Presidente Antonio Carlos, 51 - 13º/17º andares
Rio de Janeiro - RJ
20020

Este trabalho é de inteira e exclusiva responsabilidade de seus autores. As opiniões nele emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República.

UMA ANÁLISE COMPARATIVA DE ALGUNS RESULTADOS DO
SUPLEMENTO PREVIDÊNCIA DA PNAD-83 E DADOS DA DATAPREV

Kaizō Iwakami Beltrão*
Francisco Eduardo Barreto de Oliveira**

A cargo do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social estão os programas de maior peso na chamada área social, alocando cerca de 6% do PIB. Virtualmente toda a população brasileira é elegível, de uma forma ou outra, a receber benefícios pecuniários e/ou assistência médica previdenciária. Em franco contraste com a importância sócio-econômica destes programas está o nível de qualidade estatística dos dados, em particular sobre contribuintes e beneficiários do sistema, conforme notado por Smolka e Carvalho (1986).

Por esta razão, a iniciativa de incluir um suplemento sobre previdência numa Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), pareceu-nos, a priori, extremamente oportuno.

Além disso, a existência de outros regimes de previdência social (funcionários estatutários, estaduais, municipais, militares, congressistas, e privados) e possíveis interseções entre os mesmos, sobre os quais se tem apenas informações coletadas por via secundária, já justificaria em si a realização de uma pesquisa direta.

A idéia básica deste trabalho é comparar os valores levantados pelo suplemento previdência da PNAD-83 e os dados da

* Professor ENCE/IBGE - Consultor do INPES/IPEA

** Do INPES/IPEA, cedido à Secretaria de Estatística Atuária do Ministério da Previdência e Assistência Social.

Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social (DATAPREV), vinculada ao Ministério da Previdência e Assistência Social. Esta empresa é responsável por todo o processamento de informações do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS), inclusive pela operacionalização dos bancos de dados de benefícios concedidos e em manutenção. Cumpre notar que as tabulações da DATAPREV apresentam alguns problemas. Todavia, estudos prévios de consistência dos bancos de dados da empresa (Oliveira et alii, 1985, e Villela & Beltrão 1987) sugerem que os estoques de beneficiários do sistema de dezembro de 1982 e de 1983 são confiáveis.

Uma vez validados e/ou determinados os vieses a serem corrigidos nos dados, usando os quesitos da PNAD que podem ser cotejados com os registros administrativos, poder-se-ia utilizar a pesquisa para preencher lacunas de informação da DATAPREV. Observe-se ainda que a PNAD Previdência oferece uma oportunidade ímpar para checar a metodologia dessa pesquisa, já que pode ser comparada (pelo menos em parte) diretamente com um universo conhecido, qual seja, o de beneficiários cadastrados.

Nos arquivos da DATAPREV existe, entre os beneficiários urbanos, um número de indivíduos, ainda que pouco expressivo, com sexo e idade ignorados, não havendo o campo "sexo" para os beneficiários rurais. Quanto às pensões, o registro é relativo ao beneficiário/contribuinte morto e não aos pensionistas em si, inexistindo mesmo estatísticas de números de beneficiários por vínculo (pensão) gerado, impossibilitando caracterizar os perfis (sexo e idade) de pensionistas.

Como o período de referência da PNAD-83 é de 1 a 30 de setembro, decidimos comparar os valores obtidos com os estoques tabulados pela DATAPREV em dezembro de 1982 e dezembro de 1983. Esperávamos que os valores encontrados na PNAD estivessem entre os dois limites.

Para medir diferenças percentuais, comparamos a PNAD com uma média ponderada dos números tabulados dos anos acima pela DATAPREV para dezembro, já que não existe uma tabulação específica para o mês de setembro (foi dado peso 3/12 para dezembro de 1982 e peso 9/12 para dezembro de 1983).

Os resultados desta comparação para grandes grupos de benefícios encontram-se na Tabela 1.

TABELA 1

COMPARAÇÃO DE TOTAIS DE GRANDES GRUPOS DE BENEFÍCIOS
1982/83

ESPÉCIE	DATAPREV (dez.1982)	PNAD-83 (set.1983)	DATAPREV (dez.1983)	DATAPREV. MÉDIA PONDERADA	DIFERENÇA RELATIVA (em %)
Aposentadorias					
Urbanas	2.484.597	3.247.921	2.798.747	2.720.209	+19,40
Homens	1.742.226	2.304.112	1.952.871	1.900.209	21,26
Mulheres	553.697	943.809	648.803	625.026	-51,00
Ignorado	188.674	-	197.073	194.923	-
Pensões Urbanas	1.519.925	1.465.203	1.810.419	1.737.795	-15,69
Homens	-	60.327	-	-	-
Mulheres	-	1.404.876	-	-	-
Aposentadorias					
Rurais	2.031.537	2.207.746	2.130.353	2.105.644	+ 4,85
Homens	*	1.432.609	*	*	-
Mulheres	*	775.137	*	*	-
Pensões Rurais	610.462	501.137	664.353	651.345	-22,99
Homens	-	35.394	-	-	-
Mulheres	-	466.225	-	-	-
Renda Mensal Vitalícia					
por idade	467.718	134.439	440.129	447.026	-69,93
Homens	79.437	22.478	80.250	80.046	-71,92
Mulheres	339.917	111.961	343.164	392.352	-67,30
Ignorado	48.364	-	16.715	29.627	-
Renda Mensal Vitalícia					
por Invalidez	489.887	90.565	496.433	494.796	-81,70
Homens	111.606	20.698	117.039	115.681	-82,11
Mulheres	345.069	69.867	364.169	359.394	-80,56
Ignorado	33.212	-	15.225	19.722	-
Amparo por Idade	229.742	63.874	235.014	233.696	-72,67
Homens	*	25.384	*	*	-
Mulheres	*	38.490	*	*	-
Amparo por Invalidez	167.385	50.818	184.454	180.187	-71,80
Homens	*	24.490	*	*	-
Mulheres	*	26.328	*	*	-

FONTE: Tabulações especiais da PNAD-83 DATAPREV.

O total de aposentadorias está superestimado pela PNAD-83, tanto na área urbana (em 19,5%) como na rural (4,9%). Em contrapartida, as Rendas Mensais Vitalícias e Amparos Previdenciários têm níveis de subestimação variando entre -70 e -80%. Poder-se-ia especular que os beneficiários teriam dificuldade de identificar exatamente o tipo de benefício que estariam recebendo, considerando que o elenco de benefícios é bastante extenso, compreendendo cerca de 80 tipos diferentes (vide Anexo 1). Contribuiria para este fato também a inexistência do nome do benefício no carnê de pagamento dos beneficiários (consta apenas o código do benefício). Assim, poderia haver um vazamento na contagem dos indivíduos recebedores de rendas e amparos, para aposentadorias. É, no entanto, algo inesperado, já que, para ser elegível para aposentadorias no regime urbano, o segurado deveria ter obrigatoriamente contribuído para o sistema durante pelo menos cinco anos (carência reduzida para um ano no caso de aposentadoria por invalidez). Na área rural, o recebimento de aposentadorias está condicionado à existência da carteira de trabalho assinada.

Tais condições, por oposição a nenhuma no caso de Rendas Mensais Vitalícias e Amparos, dificilmente seriam olvidadas pelos respondentes se alertados para as diferenças. Entraria em jogo aqui o treinamento adequado dos entrevistadores, questão sobre a qual não temos informação suficiente para julgar.

Com relação ao viés natural da população, esperá-riamos que as rendas e amparos fossem subestimados, já que por lei a condição de recebimento é a não existência de outra fonte de renda (incompatível com atividade remunerada), e a condição de atividade é um quesito da primeira parte do questionário. Em outras palavras, uma vez reportada a condição de ativo, o respondente possivelmente se sentiria constrangido a declarar uma acumulação ilegal de emprego com rendas e amparos.

As diferenças percentuais parecem ser consistentes por sexo dentro de cada grande grupo de benefícios. Note-se, ainda, que devido à fração de beneficiários com sexo ignorado nas tabu-lações da DATAPREV, esta comparação foi prejudicada.

Os totais das aposentadorias desagregados por tipo encontram-se na Tabela 2 e as agregações dos benefícios segundo a categoria estão no Anexo 2. Esses "tipos" são as definições usuais da DATAPREV, a saber, Aposentadoria por Velhice (a que têm direito contribuintes depois de uma certa idade), Aposentadoria por Invalidez (para contribuintes que perdem totalmente a capacidade laborativa, seja por acidente ou doença), Aposentadoria por Tempo de Serviço (para contribuintes depois de um período fixo de filiação/contribuição à previdência — em princípio 30 anos para mulheres e 35 para homens), e Aposentadoria Especial (idêntico a tempo de serviço, mas relativo a período mais curto). Como as caracterizações de tempo de Serviço e Especial não são bem delimitadas optamos por comparar também o total das duas. A aposentadoria que se apresenta mais superestimada é a de Tempo de Serviço, 47,15% (mesmo quando agregamos a Especial, 34,69%). Uma possibilidade para o nível de superestimação da aposentadoria por invalidez ser o menor (8,20%), seria, como para os amparos e rendas, a necessidade legal da cessação da atividade remunerada. Uma vez verificada a condição de atividade, haveria também a tendência dos entrevistados em negar a existência de uma Aposentadoria por Invalidez.

Existe ainda a possibilidade de a morte de beneficiários não ser reportada à previdência, já que o valor do benefício por pensão é usualmente inferior ao da aposentadoria.

Duas possibilidades se abririam para a família respondente da PNAD:

- 1 - negar a existência da renda (já que vinculada a um membro morto).
- 2 - reportar a renda como de um membro vivo.

A primeira hipótese, a mais plausível, implicaria uma subestimação pela PNAD dos dados administrativos da DATAPREV (realmente pagos) e a uma população beneficiária com perfil

TABELA 2

COMPARAÇÃO DOS TOTAIS DE APOSENTADORIAS URBANAS
1982/83

APOSENTADORIAS	DATAPREV (dez.1982)	PNAD (set.1983)	DATAPREV (dez.1983)	DATAPREV (média ponde- rada)	DIFERENÇA RELATIVA (em %)
Velhice	361.487	458.404	421.661	406.617	+12,74
Invalidez	1.233.393	1.428.377	1.346.144	1.317.956	+ 8,20
Tempo de Serviço	780.102	1.271.350	891.956	863.992	+47,15
Especial	115.008	80.054	147.486	139.366	-42,56
Tempo de Serviço + Especial	895.110	1.351.404	1.039.442	1.003.359	+34,69

mais jovem, o que não ocorre, como veremos a seguir.

A segunda hipótese, menos razoável, implicaria uma estimativa pela PNAD dos números totais semelhantes aos da DATAPREV e com uma população de beneficiários também com perfil mais jovem — o que também não foi o caso.

Não parece razoável que mais pessoas reportem receber um benefício do que o cadastro da DATAPREV acusa ter pago. O fato é mais grave se levarmos em conta que os cadastros da DATAPREV devem estar superenumerados, tendo em vista a inércia do mecanismo de baixa de beneficiários do sistema.

Na área conceitual, há que se anotar que a condição de urbano/rural conforme definido pelo IBGE (e associado à localização do domicílio) não coincide necessariamente com a classificação feita pela Previdência, conforme o tipo de benefício recebido. Este fato poderia também acarretar vazamentos entre as classes de beneficiários.

Apesar de que, havendo possibilidade de o entrevistador verificar os carnês, essa diferença facilmente se caracterizaria, já que todos os benefícios do sistema rural são associados a códigos menores ou iguais a 20. Ao que nos foi dado conhecer, verificar a existência/dados do carnê não era parte dos procedimentos de campo.

Considerando que deve existir uma fração de fraudes no sistema de concessão e um medo da detecção entre os fraudadores, esperaríamos na PNAD uma subenumeração, exatamente o inverso do que ocorre.

Ao contrário do caso da aposentadoria por invalidez, não há para as outras espécies impedimento legal de retorno ao trabalho. Esperar-se-ia, então, um razoável contingente de aposentados que, por estarem trabalhando durante o dia, não responderam diretamente o questionário. Este fato pode explicar o va

zamento entre benefícios semelhantes tais como aposentadoria por tempo de serviço e especial, por confusão do informante, que não estaria familiarizado com a situação exata do beneficiário.

Não comparamos os dados de Auxílio-Doença por se referirem a períodos diferentes. A DATAPREV tabula pessoas que receberam o auxílio pelo menos uma vez durante o ano e a PNAD tem como período de referência o mês de setembro. Não foi possível estimar a rotatividade na concessão deste benefício para uma comparação entre as fontes.

O fato de o número de pensionistas ser maior no cadastro da DATAPREV do que no da PNAD é também inexplicável, tendo-se em vista que o primeiro se refere ao número e sexo de beneficiários os quais, ao morrerem, geraram pensões, e, o segundo, ao número e sexo dos recebedores deste benefício encabeçando o carnê de pagamento (em princípio sempre maior ou igual ao número de vínculos). Não tecemos considerações sobre as tabulações da PNAD, por conterem um viés óbvio, qual seja de praticamente não apontar pensionistas menores de idade, mesmo quando pretendiam mensurar o universo de pensionistas.

Consideramos que talvez a consistente superestimação das populações mais expressivas de beneficiários (aposentadorias urbanas e rurais) se deveria também aos fatores de expansão utilizados, já que a extrapolação do crescimento da população durante a década de 70 para o começo dos anos 80, não levou em conta a drástica queda na fecundidade experimentada pelas mulheres brasileiras e posteriormente evidenciada por várias pesquisas (Benfam, PNAD-84, etc). Claro que somente os fatores de expansão não poderiam explicar a magnitude da superestimação, devendo existir outras causas, por nós não detectadas, contribuindo para o fenômeno.

Decidimos então cotejar as distribuições de frequên

cia absoluta e relativa¹ das duas fontes, PNAD e DATAPREV, mostradas nos Gráficos 1 a 28.

A análise das distribuições de freqüência absoluta teriam por finalidade verificar se algum sexo e/ou grupo etário estaria sendo sistematicamente super/subestimados. Já a de freqüência relativa poderia evidenciar que, embora os totais divergissem, a forma das distribuições poderia ser semelhante (super/subestimação constante para todas as idades).

De uma forma geral, observa-se que a PNAD tende a superestimar os grupos etários mais velhos, principalmente para o sexo feminino mesmo na distribuição de freqüência relativa. A exceção é a Aposentadoria por Invalidez masculina (Gráficos 3 e 17), cuja distribuição relativa apontada pela DATAPREV é praticamente coincidente com a da PNAD, apesar da superestimação em números absolutos. Note-se porém que esta é uma população razoavelmente jovem.

A Aposentadoria por Velhice masculina (Gráfico 1) levantada pela PNAD apresenta uma fração de respondentes com idade inferior ao mínimo necessário para o recebimento do benefício (65 anos). Em se ignorando este grupo, a distribuição relativa dos aposentados (Gráficos 15 e 32) seria também mais idosa do que tabulado pela DATAPREV.

A Aposentadoria Especial foi também agregada à por Tempo de Serviço neste caso. Positivamente existiu um problema de identificação do benefício, daí a irregularidade dos dados apontados pela PNAD para a Aposentadoria Especial. O caso parece crítico para a população feminina (Gráficos 8 e 22).

A Tabela 3 e o Gráfico 29 apresentam as razões entre

¹As freqüências relativas da PNAD foram suavizadas com uma média móvel de pesos (1: 2: 3: 2: 1).

TABELA 3

RAZÕES ENTRE AS POPULAÇÕES DADAS PELAS
PNAD-83 E PELO CENSO DE 1980

GRUPO ETÁRIO	TOTAL	HOMEM	MULHER
0-4	1.0323	1.0402	1.0242
5-9	1.0389	1.0435	1.0341
10-14	1.0083	1.0116	1.005
15-19	1.0043	1.019	0.9899
20-24	1.0034	0.9969	1.0096
25-29	1.0487	1.0287	1.0681
30-34	1.1186	1.1098	1.1272
35-39	1.1124	1.0998	1.1246
40-44	1.0729	1.0566	1.0892
45-49	1.0982	1.0887	1.1075
50-54	1.1022	1.0767	1.1272
55-59	1.1888	1.1651	1.2122
60-64	1.1144	1.1186	1.1103
65-69	1.097	1.123	1.0725
70 +	1.198	1.207	1.1904

as populações por grupo etário e sexo estimadas pela PNAD-83 e as do Censo de 1980. Note-se que as maiores taxas são relacionadas com os grupos etários de maior idade. Este resultado é consistente com um envelhecimento da população com ganhos na mortalidade e queda na fecundidade, apesar de, no caso, as diferenças serem muito altas. Outro fato estranho é a diferença entre os dados por sexo.

Um ramos e folhas comparativo dessas razões, por sexo, encontra-se na figura abaixo. As medianas dos grupos são iguais, 1:07 para homens e mulheres, mas os valores para a população feminina estão mais dispersos, sendo o valor 1.212 para o grupo etário 55-59 positivamente atípico.

MULHERES					HOMENS					
			8	9	9					
	0	0	3	2	10	4	4	1	1	2
		7	8	6	10	9	5	8	7	
1	2	0	2	2	11	0	1	2		
				9	11	6				
				1	12	0				
					12					

Já os valores menores que 1 (população decrescente) para o grupo feminino de 15-19 anos, e o grupo masculino 20-24 é atípico não no grupo, mas sim no comportamento, para grupos que não deveriam ter apresentado decréscimo. É tradicional a subenumeração do grupo 15-19 masculino, mas isto não deveria explicar a razão menor que 1.

Uma solução para corrigir os dados seria estimar uma população para 1983 (por grupos etários) e reavaliar os fatores de expansão. Como parece que as populações mais velhas estão superestimadas a correção levaria a uma população de beneficiária

rios com um perfil mais jovem (correção esta que estaria pelo menos na direção certa).

A Tabela 4 e o Gráfico 30 apresentam as razões entre as populações por grupo etário e sexo estimadas por Camarano, Beltrão e Neupert (1988) para 1983² e as do Censo de 1980. Nota-se como na Tabela 3 e no Gráfico 29 as maiores taxas estão relacionadas com grupos etários mais velhos, mas esta diferença é muito menor do que a apontada pela PNAD-83. No Gráfico 31 podemos comparar as razões entre as projeções e estimativas das populações para o ano de 1983 e os dados do Censo de 1980 agrupados para ambos os sexos. Note-se que a partir do grupo 45-49, as razões dadas pela PNAD são consistentemente maiores que as dadas pela projeção, o inverso acontecendo até o grupo 35-39.

As retas plotadas não pretendem ser uma proposta para as correções, mas sim uma indicação do diferencial entre os grupos etários como enumerados pela PNAD e pela projeção. A indicação da reta "PNAD" é sensivelmente maior do que a da reta "projeção".

Dos grupos tradicionalmente mal representados na PNAD os institucionalizados pertinentes para o nosso levantamento (asilos) parecem ter um perfil mais idoso do que o resto da população, devendo aumentar a diferença caso fossem devidamente enumerados.

Os sem uma residência convencional, outro grupo mal representado, poderiam no entanto levar a curva para idades mais novas, admitindo-se que teriam que ser mais jovens para sobreviver nessas condições. Para isto colaboraria o fato de os carnês não serem enviados para o endereço domiciliar mas sim diretamente para os domicílios bancários dos beneficiários.

²Foram interpoladas as estimativas para 1985 e os dados do Censo de 1980.

TABELA 4

RAZÕES ENTRE AS POPULAÇÕES DADAS POR PROJEÇÃO PARA O
ANO DE 83 O CENSO 80

GRUPO ETÁRIO	TOTAL	HOMENS	MULHERES
0-4	1.052647	1.055266	1.049977
5-9	1.106594	1.099863	1.113492
10-14	1.031573	1.033930	1.019198
15-19	1.026738	1.036145	1.017555
20-24	1.101277	1.101873	1.100698
25-29	1.122896	1.123180	1.122621
30-34	1.125808	1.119675	1.131806
35-39	1.111968	1.113221	1.110754
40-44	1.049677	1.039088	1.060207
45-49	1.114771	1.117884	1.111727
50-54	1.051272	1.046929	1.055537
55-59	1.141403	1.134800	1.147924
60-64	1.112005	1.122917	1.101697
65-69	1.045245	1.040768	1.049449
70 +	1.142428	1.157987	1.129517

Este deslocamento no perfil etário dos beneficiários, ainda que relativamente pequeno em termos demográficos (para o caso da Aposentadoria por Tempo de Serviço aproximadamente 3 anos), implicaria uma diferença razoável nos pagamentos futuros dos benefícios já concedidos pelo sistema previdenciário, caso verdadeiro. Em outras palavras, no caso de Aposentadoria por tempo de Serviço, haveria uma redução de: 3 (anos) x 13 (meses) x 863000 (beneficiários) x 3.86 Salários Mínimos (valor médio de benefício) = 129916020 salários mínimos, diferença razoável por parte do sistema caso fosse efetivamente verdadeiro.

A grande frustração é que a PNAD poderia perfeitamente suprir algumas lacunas de informação dos registros administrativos da DATAPREV. Assim, por exemplo, não existe informação sobre a distribuição de tempo de serviço dos ativos, o que poderia ser apurado (pelo menos ser obtido um limite superior) pela PNAD a partir da informação e data do primeiro emprego e tempo de contribuição. Um segundo exemplo é o de intercessões de beneficiários dos diversos regimes de previdência social, bem como de beneficiários que retornam ao mercado de trabalho.

Apenas estes dois exemplos, dada a sua relevância para a formulação de uma política de Previdência e Assistência Social, justificariam um esforço adicional no sentido de detectar mais precisamente as causas das distorções aqui apontadas, visando retificar os resultados.

Parece-nos que a PNAD, apesar de sua grande abrangência em termos de extensão territorial, é por demais genérica em seus múltiplos propósitos para captar um fenômeno de conceituação bastante complexa, qual seja o de Previdência. Mais adequado seria um verdadeiro censo de segurados incluindo não só os inativos, como o atual recadastramento de beneficiários, mas também os ativos. Entre os subprodutos de tal censo implantar-se-ia um banco de dados sobre contribuintes, como existe na maioria dos países desenvolvidos (e como já existiu em alguns dos institutos brasileiros antes da unificação), permitindo con

cessão automática de certos benefícios previdenciários. Este banco de dados poderia ser usado inclusive para concessão de salário desemprego, integrando efetivamente as múltiplas facetas da seguridade social. Além disso, haveria uma maior justiça social dentro do sistema, que hoje discrimina os segurados de baixa renda, incapazes usualmente de guardar toda a documentação comprobatória de sua vinculação à previdência.

GRÁFICO 1
APOSENTADORIA VELHICE
HOMENS

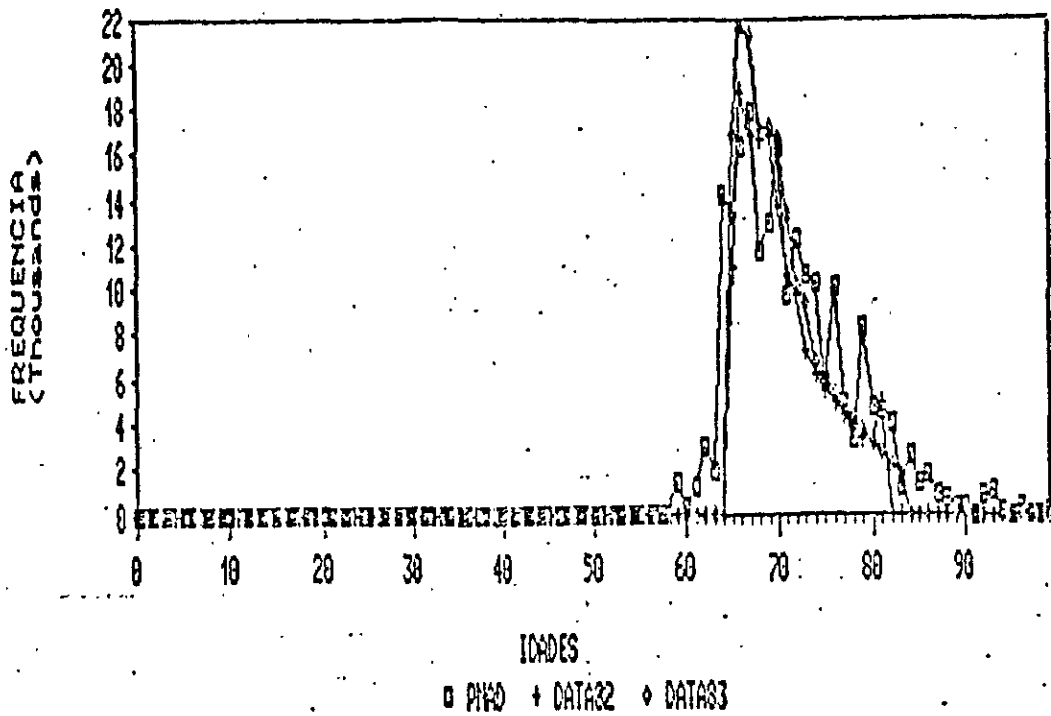


GRÁFICO 2
APOSENTADORIA VELHICE
MULHERES

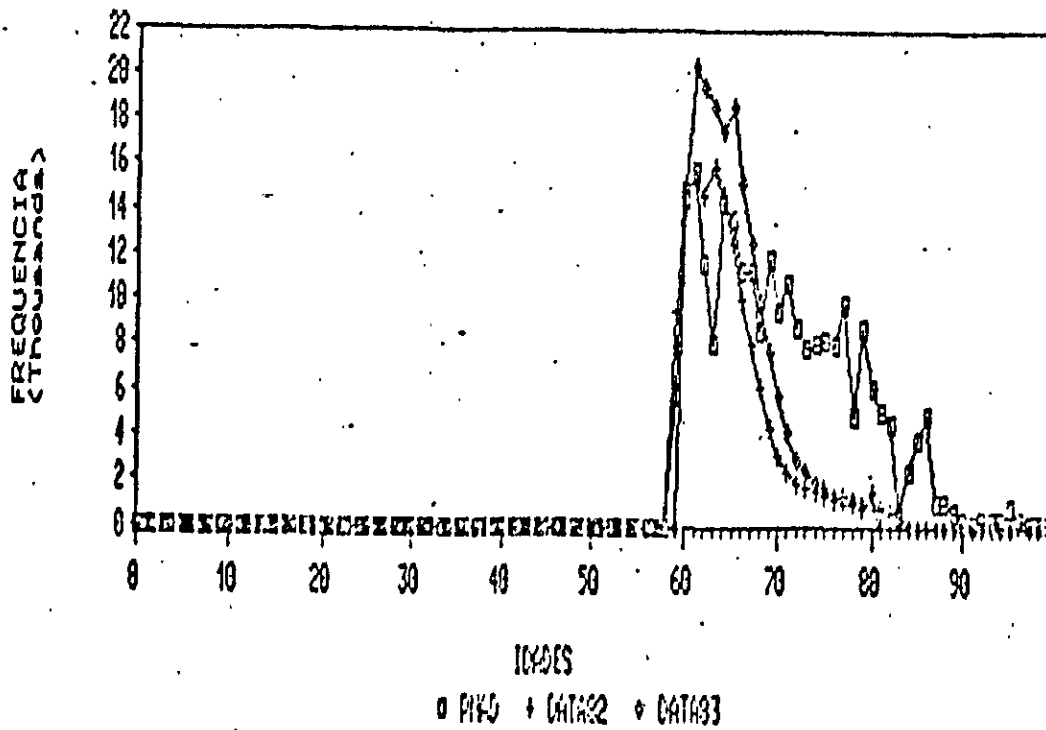


GRÁFICO 3
APOSENTADORIA INVALIDEZ
HOMENS

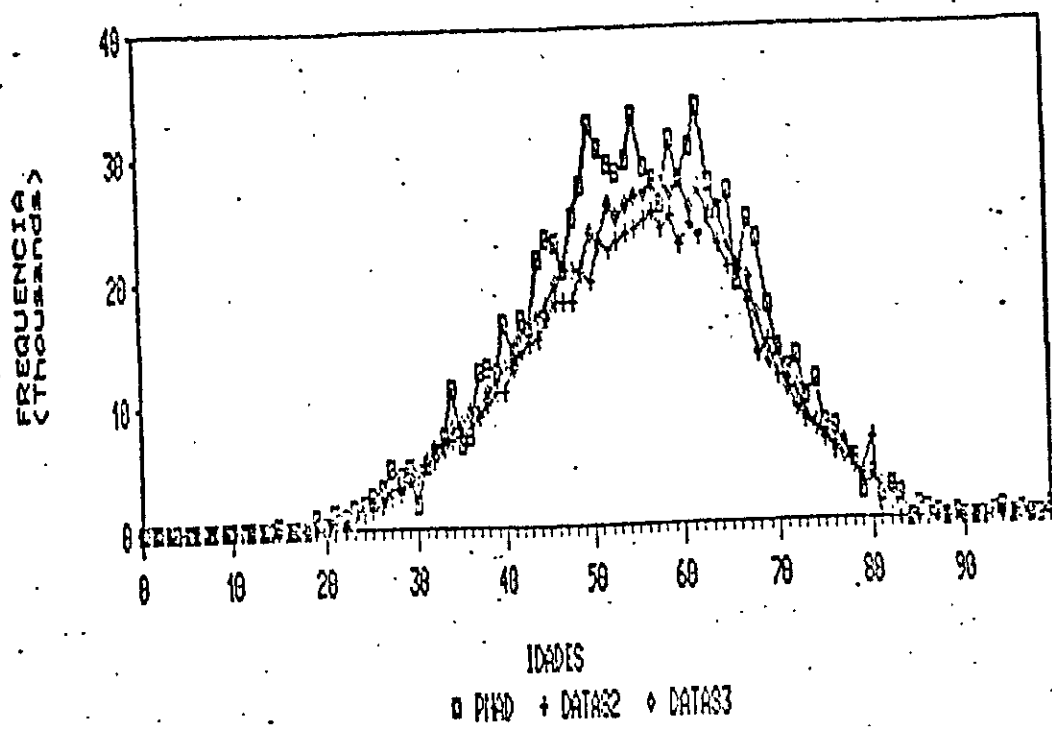


GRÁFICO 4
APOSENTADORIA INVALIDEZ
MULHERES

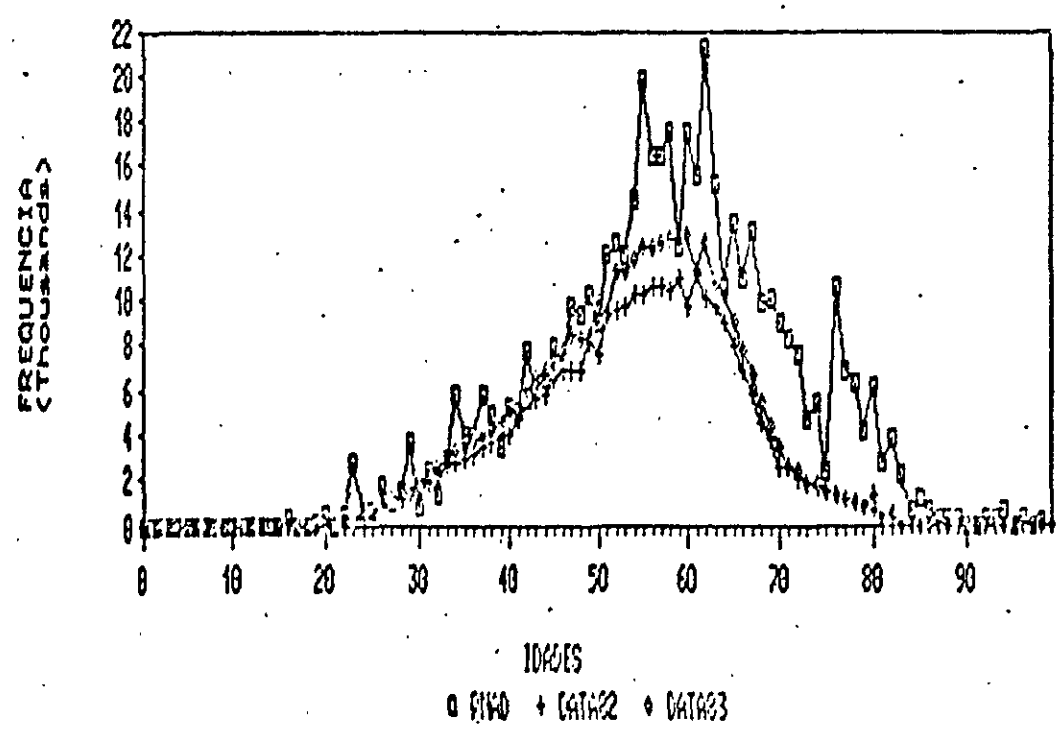


GRÁFICO 5
 APOSENTADORIA TEMPO DE SERVIÇO
 HOMENS

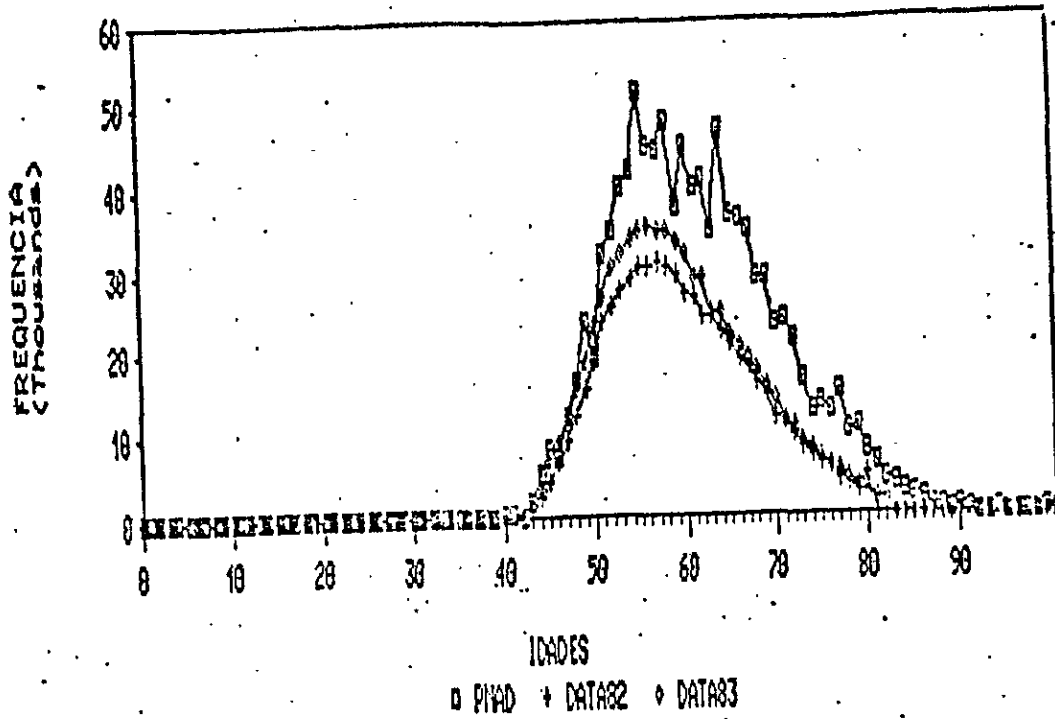


GRÁFICO 6
 APOSENTADORIA TEMPO DE SERVIÇO
 MULHERES

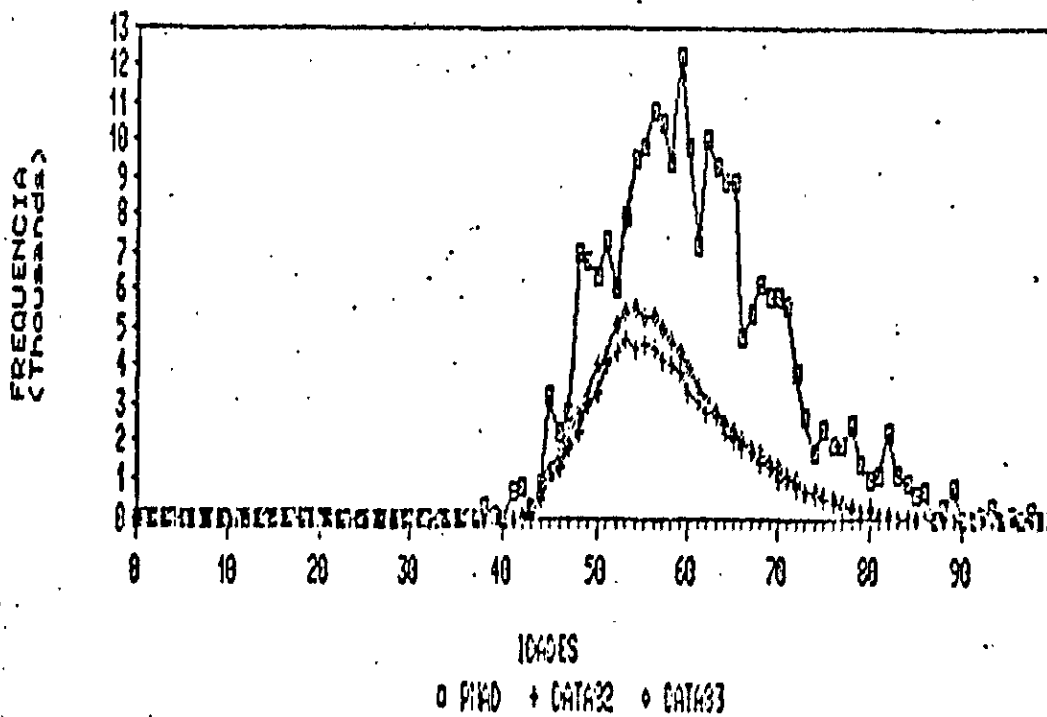


GRÁFICO 7

APOSENTADORIA ESPECIAL
HOMENS

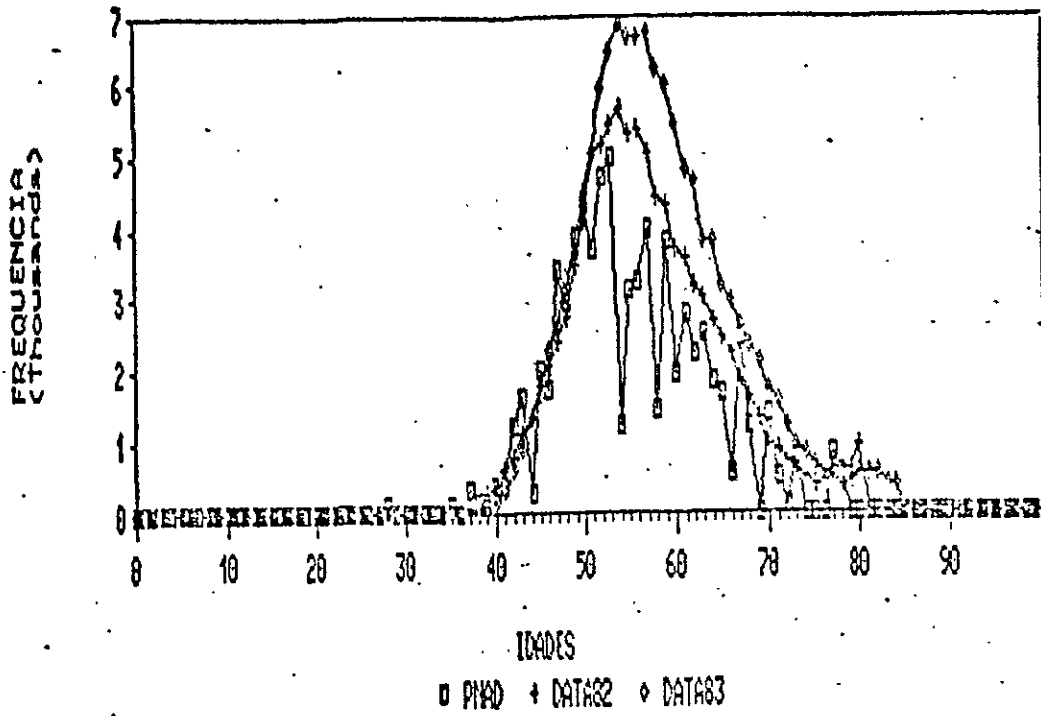


GRÁFICO 8

APOSENTADORIA ESPECIAL
MULHERES

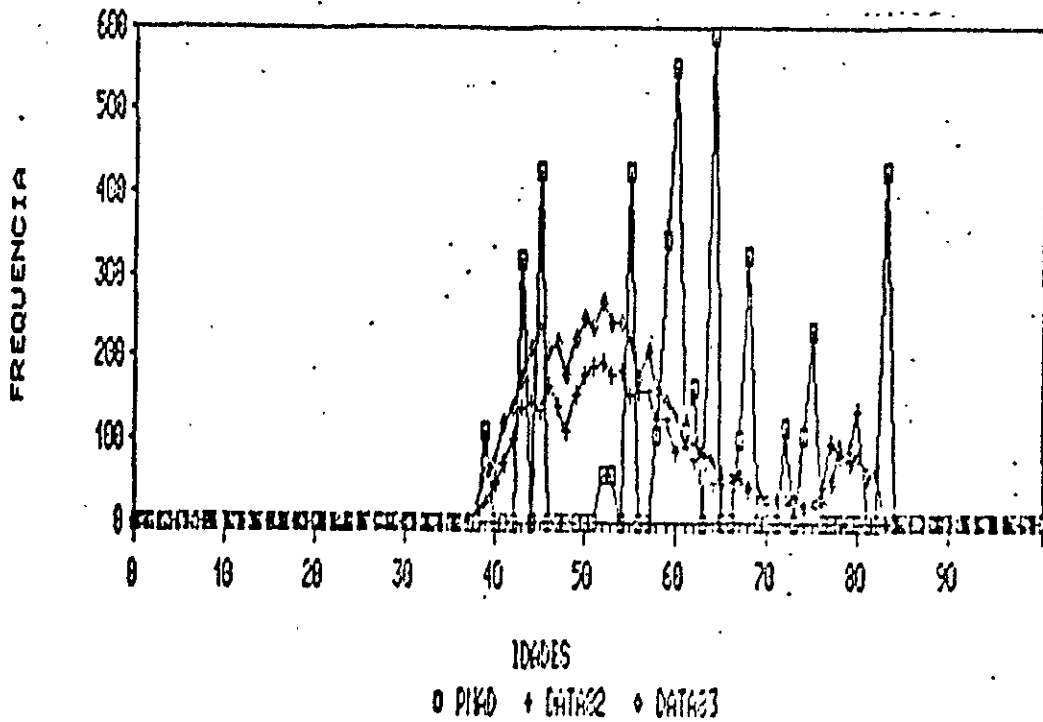


GRÁFICO 9

AFOSSENTADORIAS T.S. + ESPECIAL
HOMENS

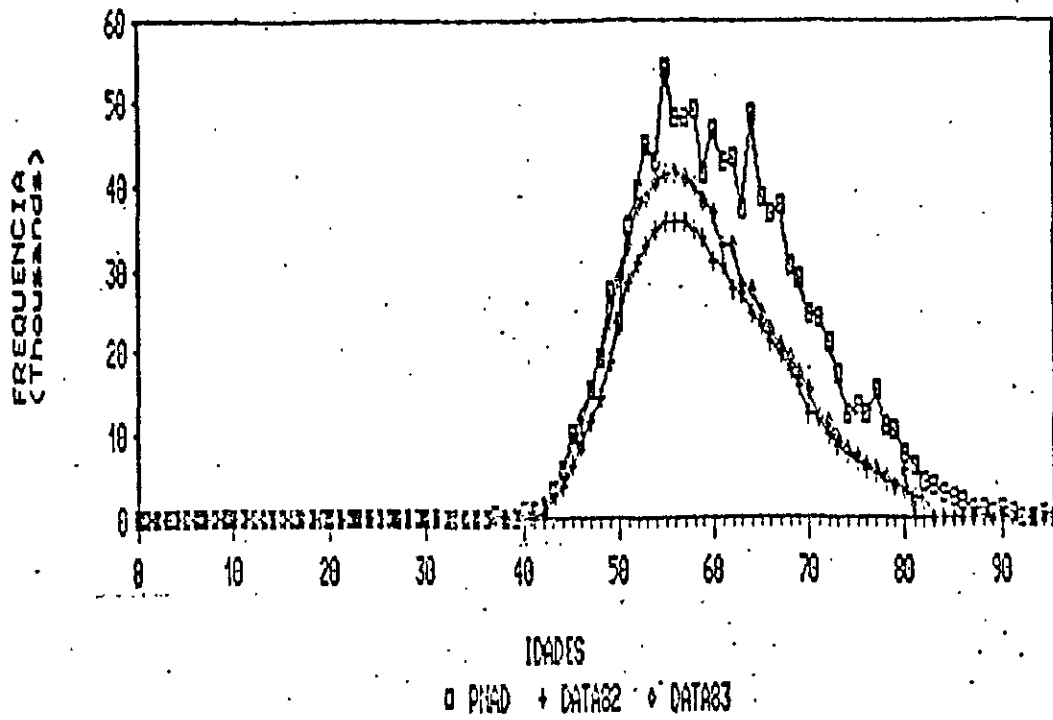


GRÁFICO 10

AFOSSENTADORIAS T.S. + ESPECIAL
MULHERES

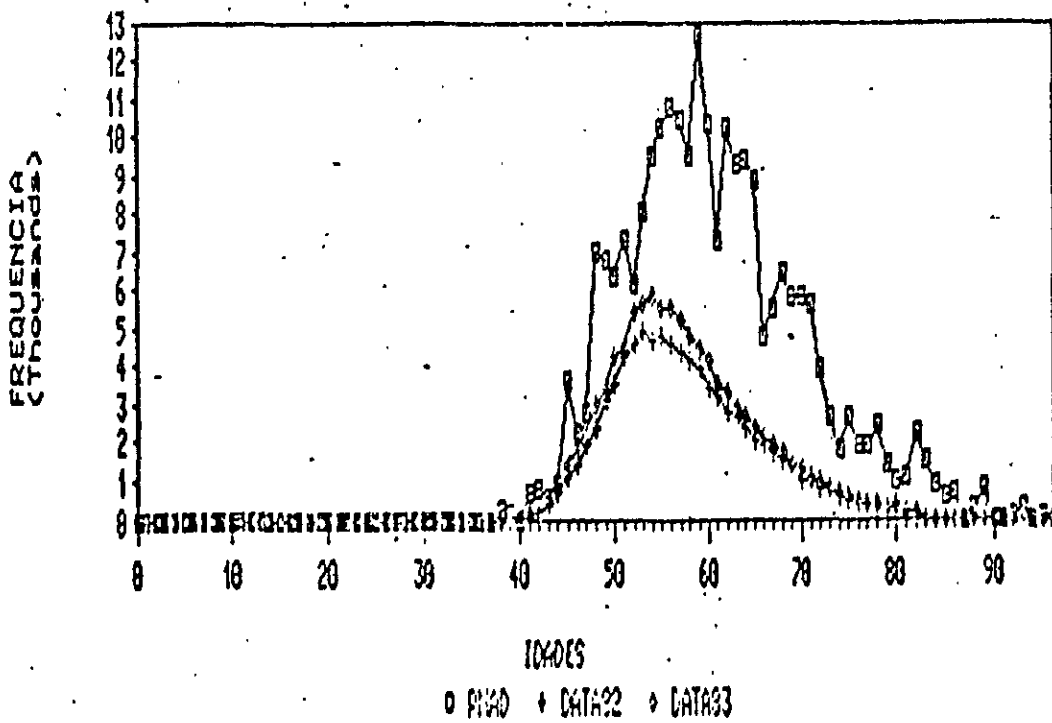


GRÁFICO 11

RENDA MENSAL VITALICIA VELHICE
HOMENS

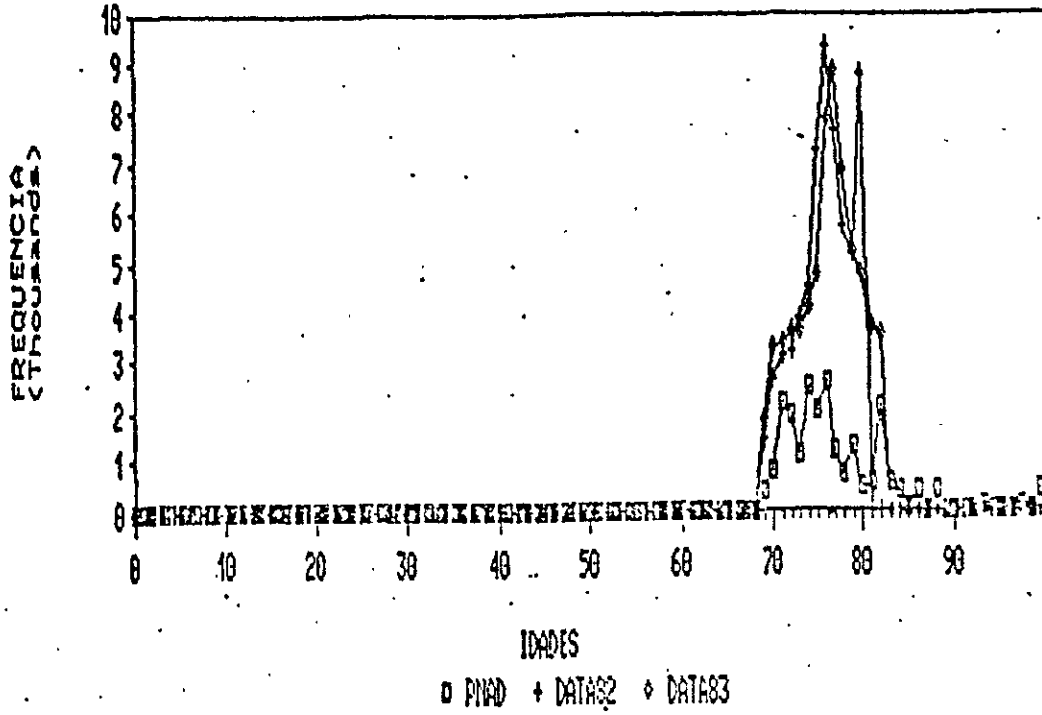


GRÁFICO 12

RENDA MENSAL VITALICIA VELHICE
MULHERES

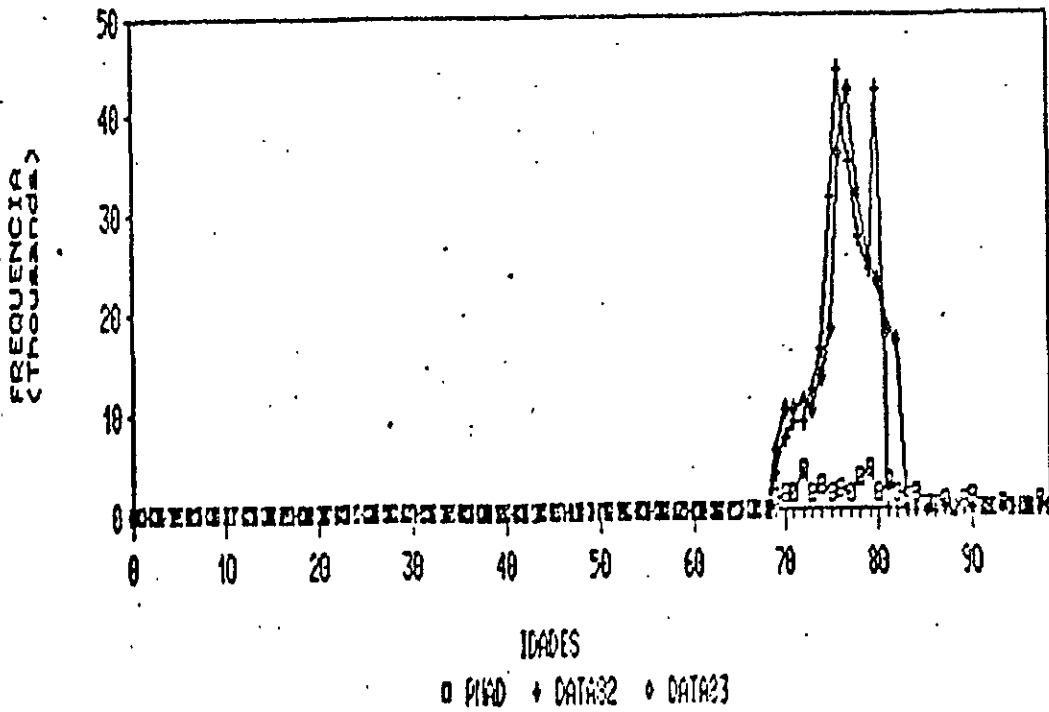


GRÁFICO 13
REDA MENSAL VITALICIA INVALIDEZ
HOMENS

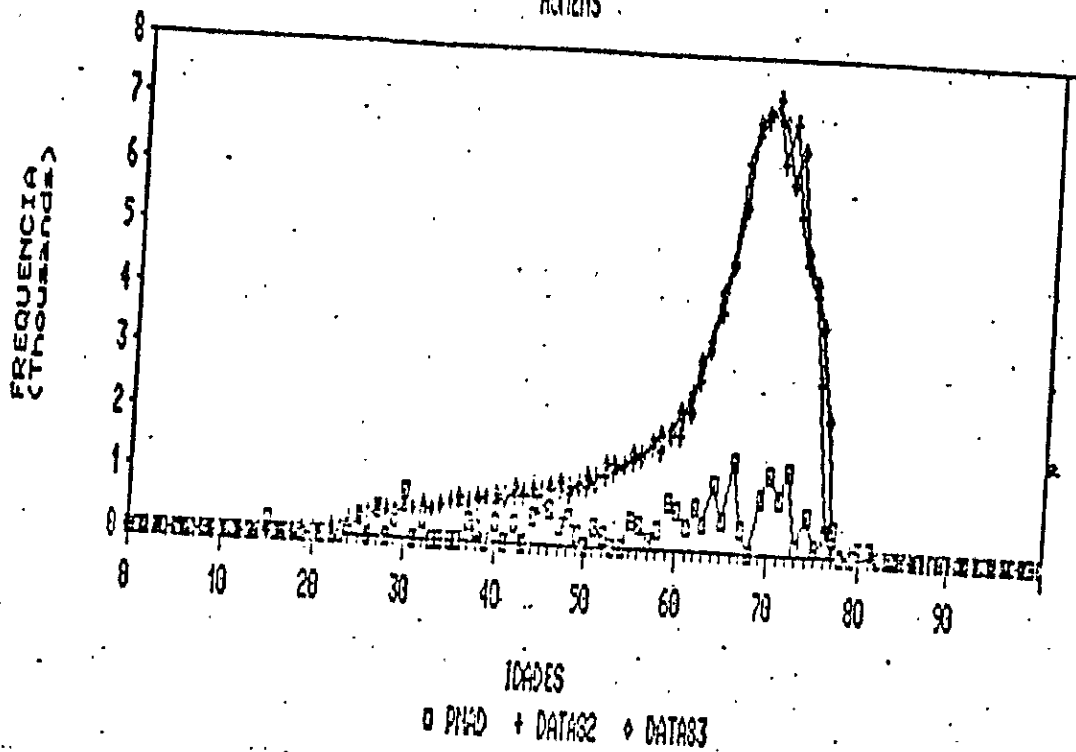


GRÁFICO 14
REDA MENSAL VITALICIA INVALIDEZ
MULHERES

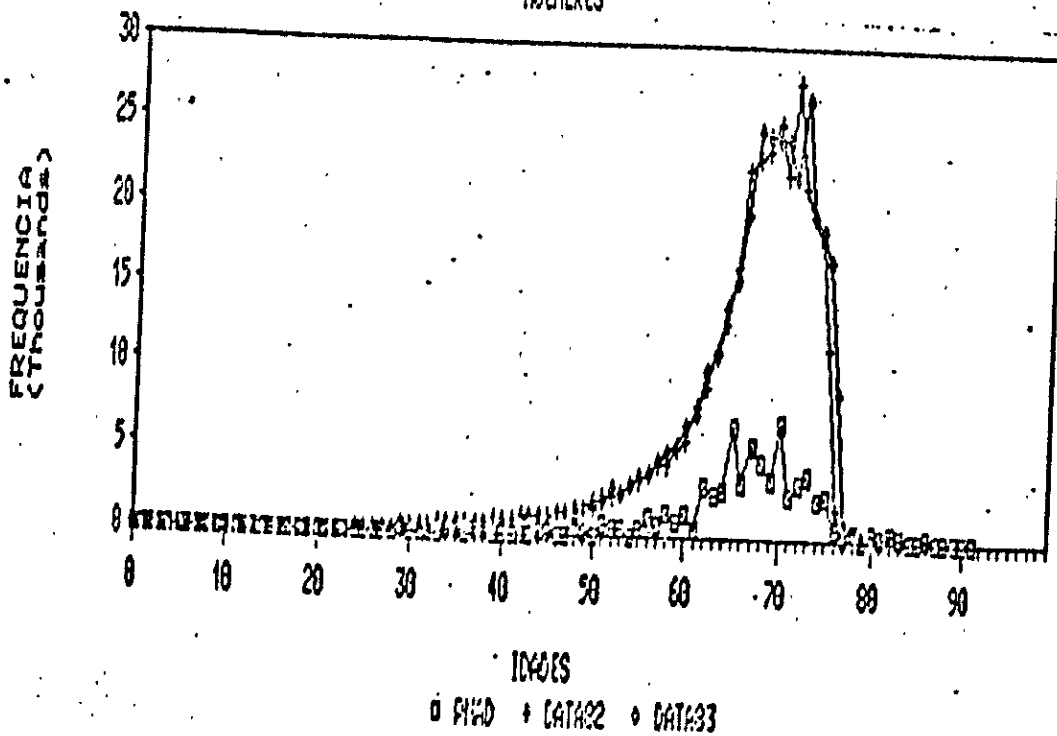


GRÁFICO 15

APOSENTADORIA VELHICE
HOMENS

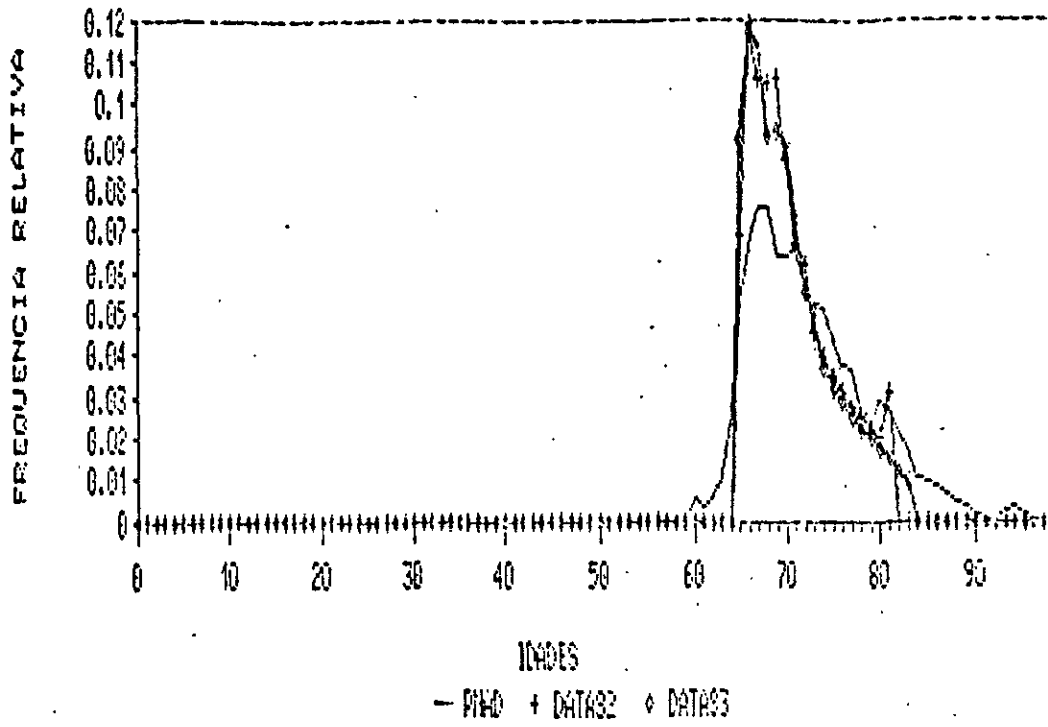


GRÁFICO 16

APOSENTADORIA VELHICE
MULHERES

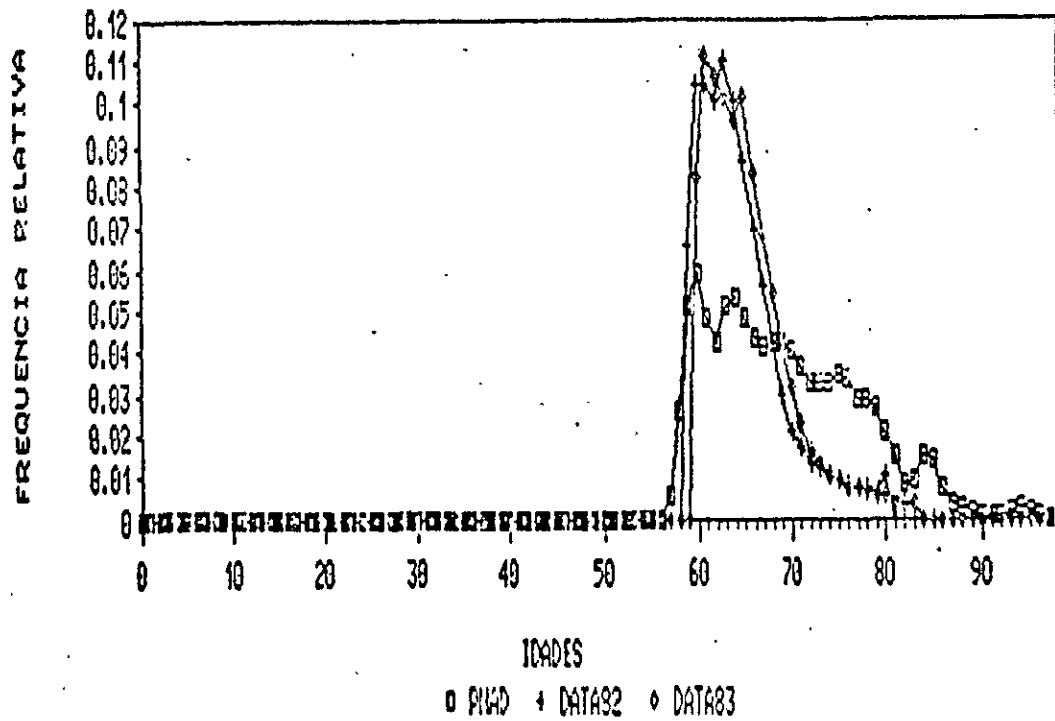


GRÁFICO 17

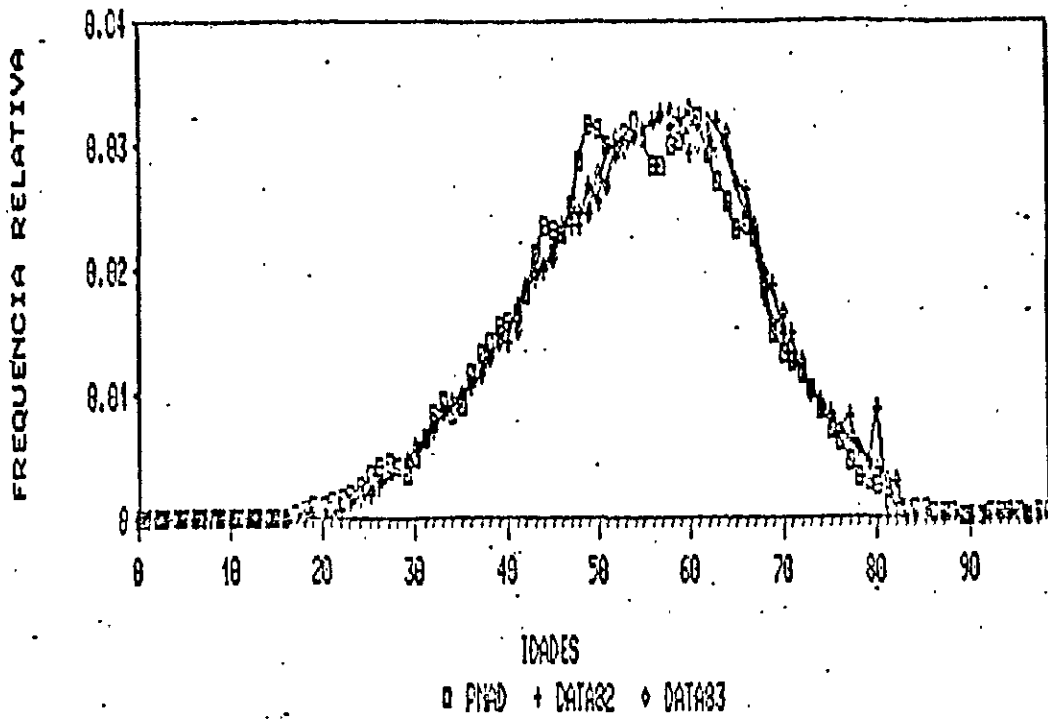
APOSENTADORIA INVALIDEZ
HOMENS

GRÁFICO 18

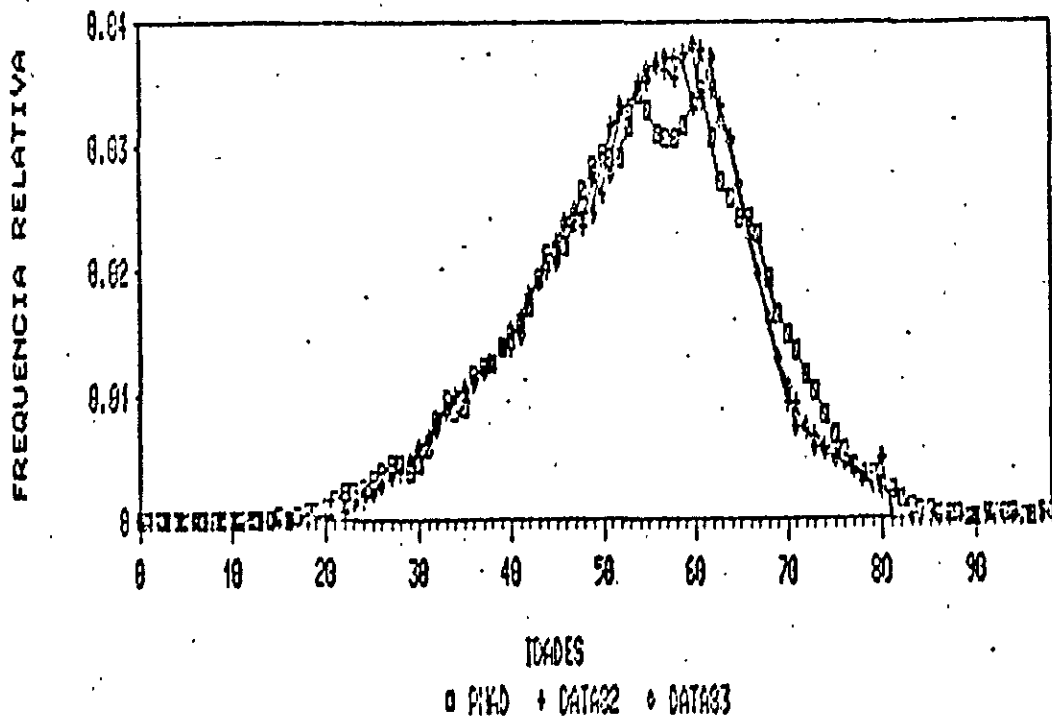
APOSENTADORIA INVALIDEZ
MULHERES

GRÁFICO 19

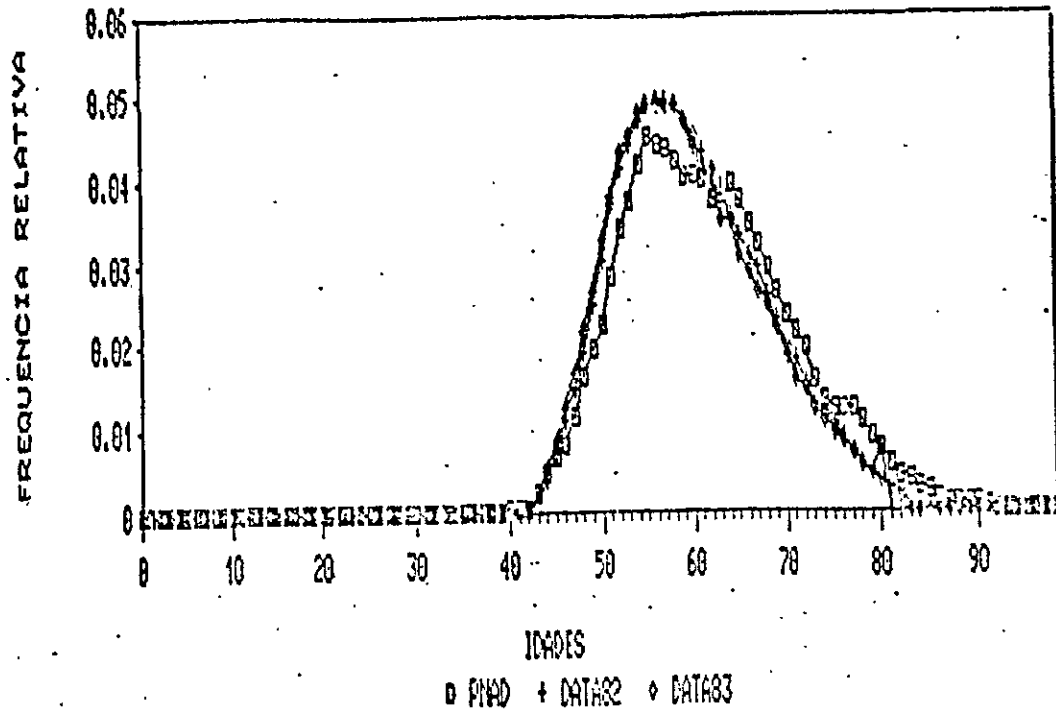
APOSENTADORIA TEMPO DE SERVIÇO
HOMENS

GRÁFICO 20

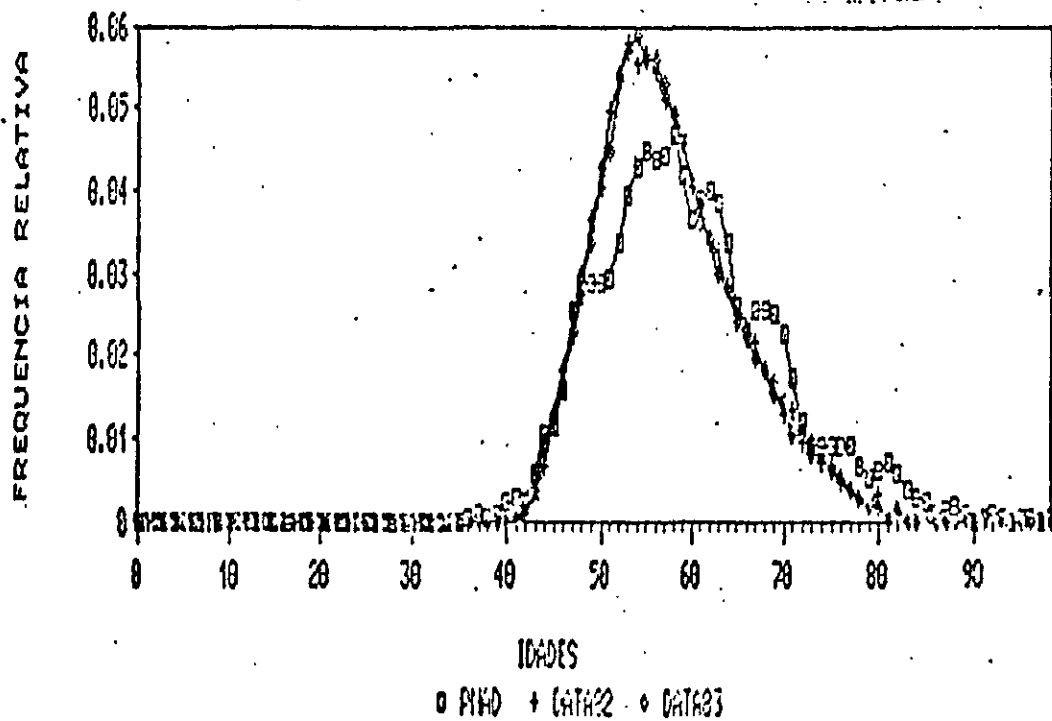
APOSENTADORIA TEMPO DE SERVIÇO
MULHERES

GRÁFICO 21

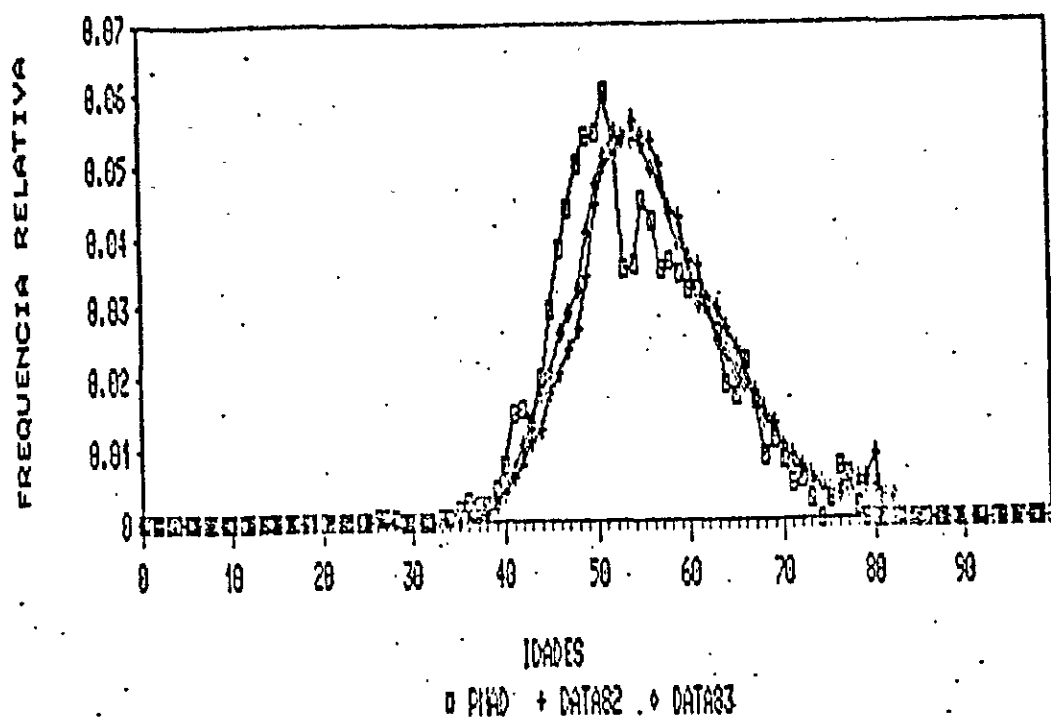
APOSENTADORIA ESPECIAL
HOMENS

GRÁFICO 22

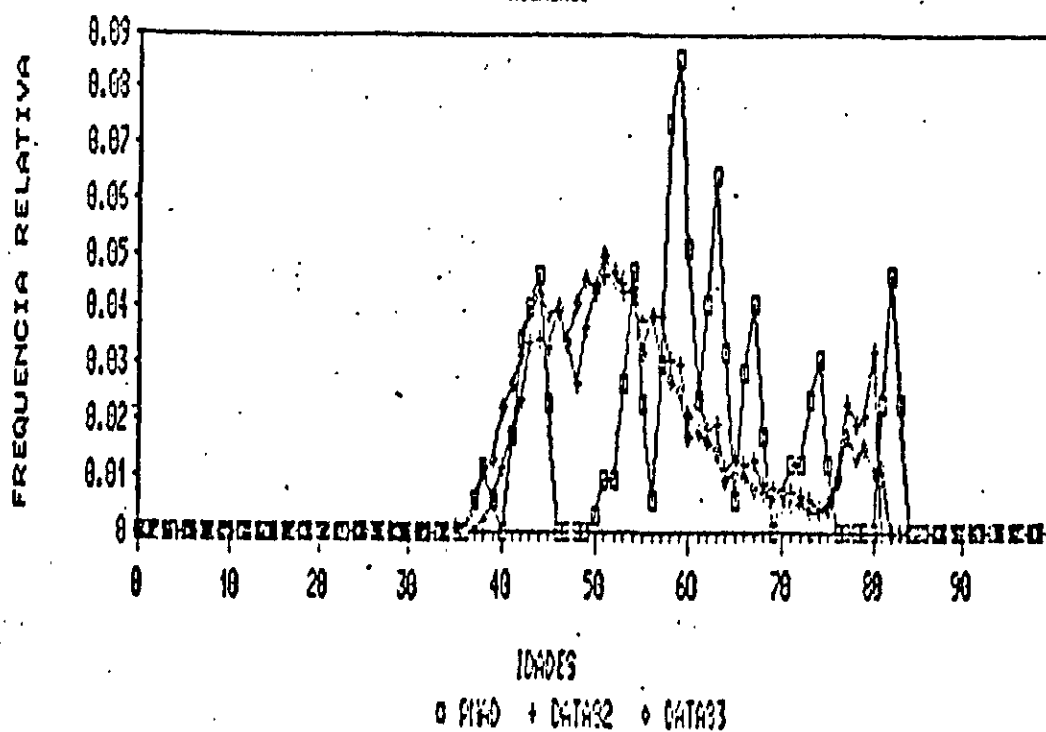
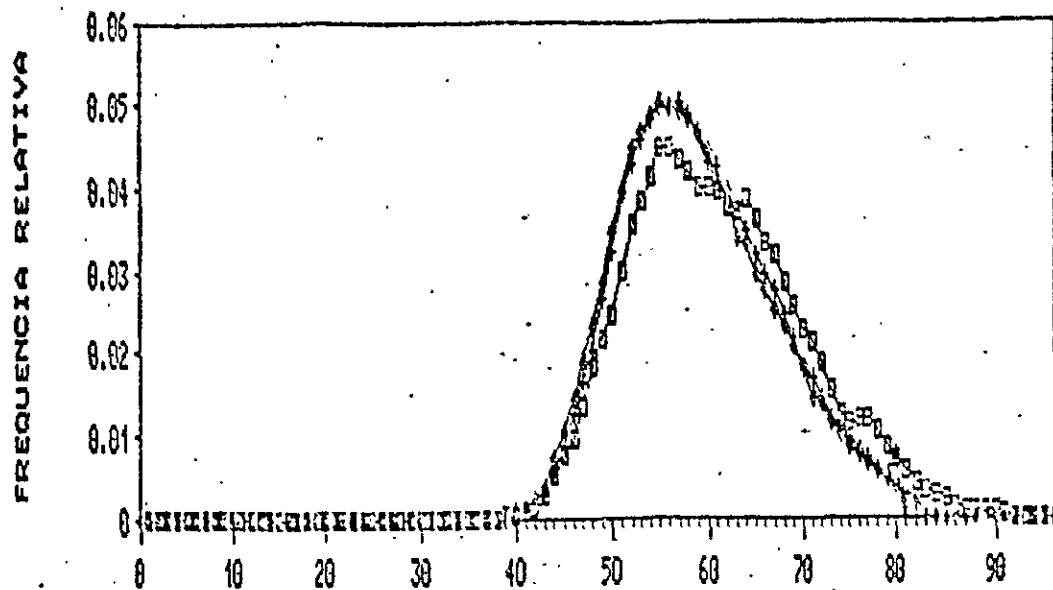
APOSENTADORIA ESPECIAL
MULHERES

GRÁFICO 23

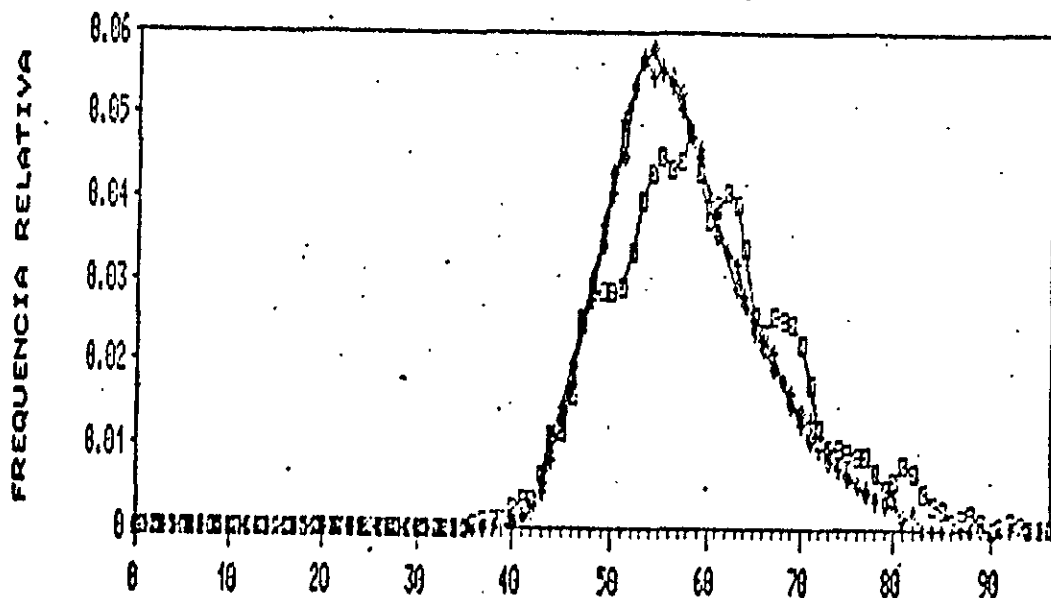
APOSENTADORIAS T.S. + ESPECIAL
HOMENS



IDADES
□ PIAD + DATA82 ♦ DATA83

GRÁFICO 24

APOSENTADORIAS T.S. + ESPECIAL
MULHERES



IDADES
□ PIAD + DATA82 ♦ DATA83

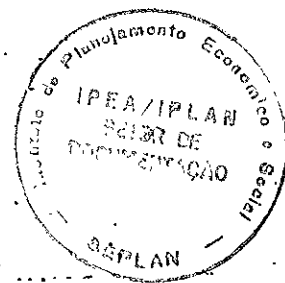


GRÁFICO 25

REDA MENSAL VITALICIA VELHICE
HOMENS

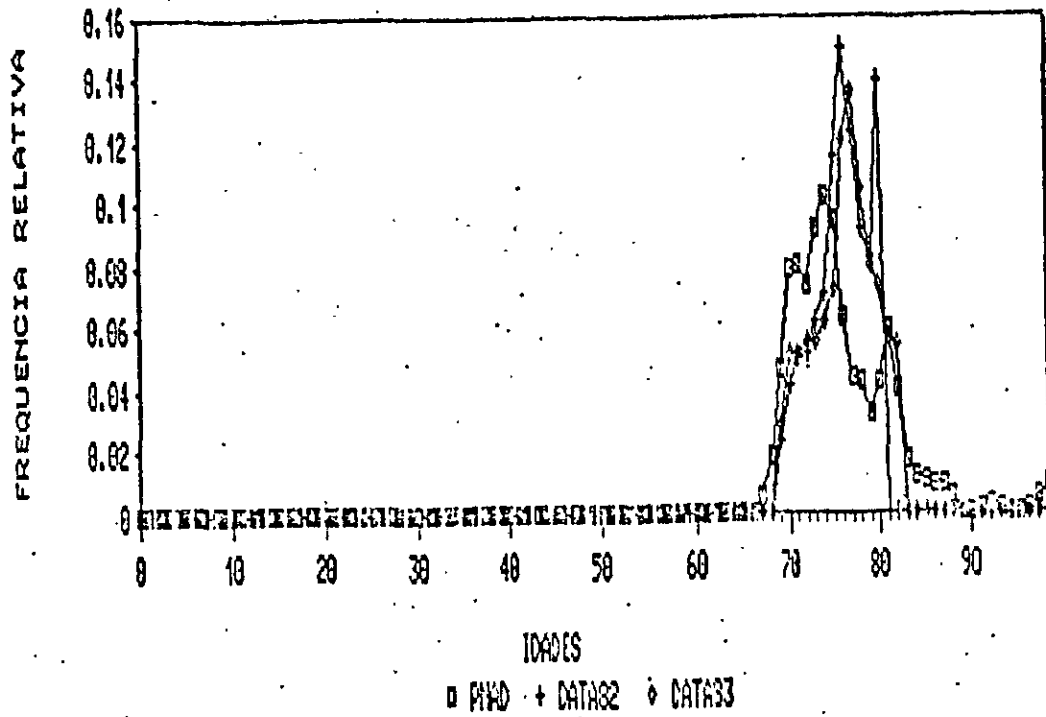


GRÁFICO 26

REDA MENSAL VITALICIA VELHICE
MULHERES

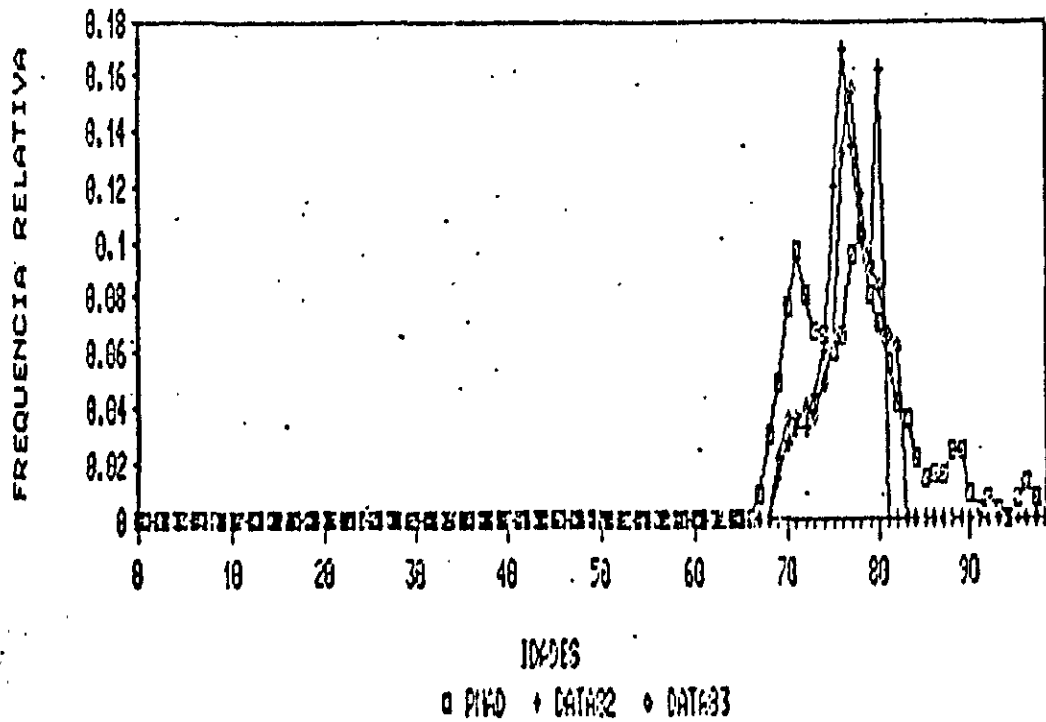


GRÁFICO 27

RENDA MENSAL VITALICIA INVALIDEZ
HOMENS

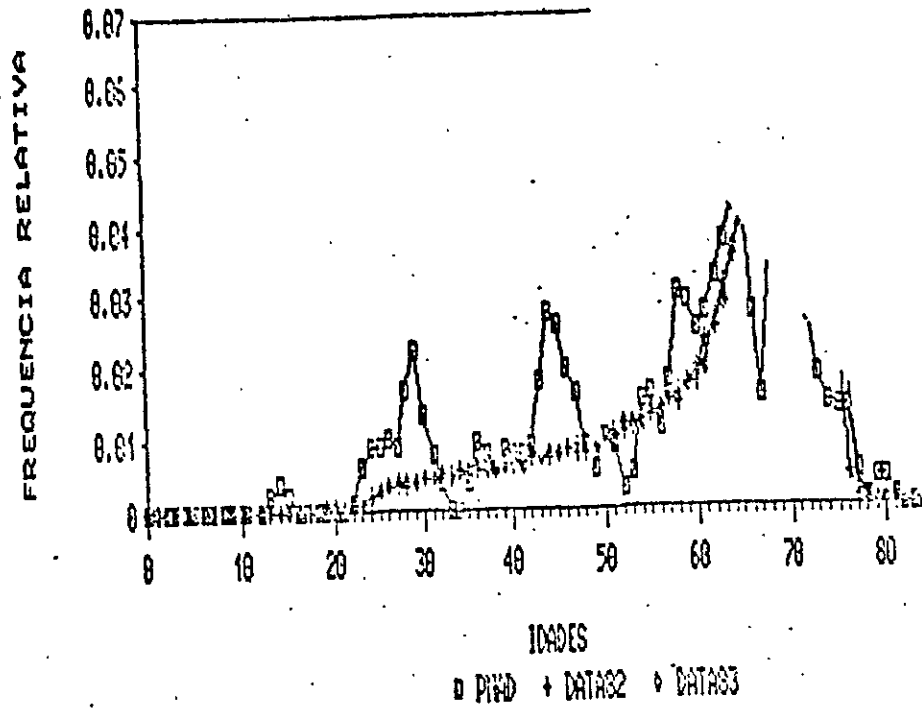


GRÁFICO 28

RENDA MENSAL VITALICIA INVALIDEZ
MULHERES

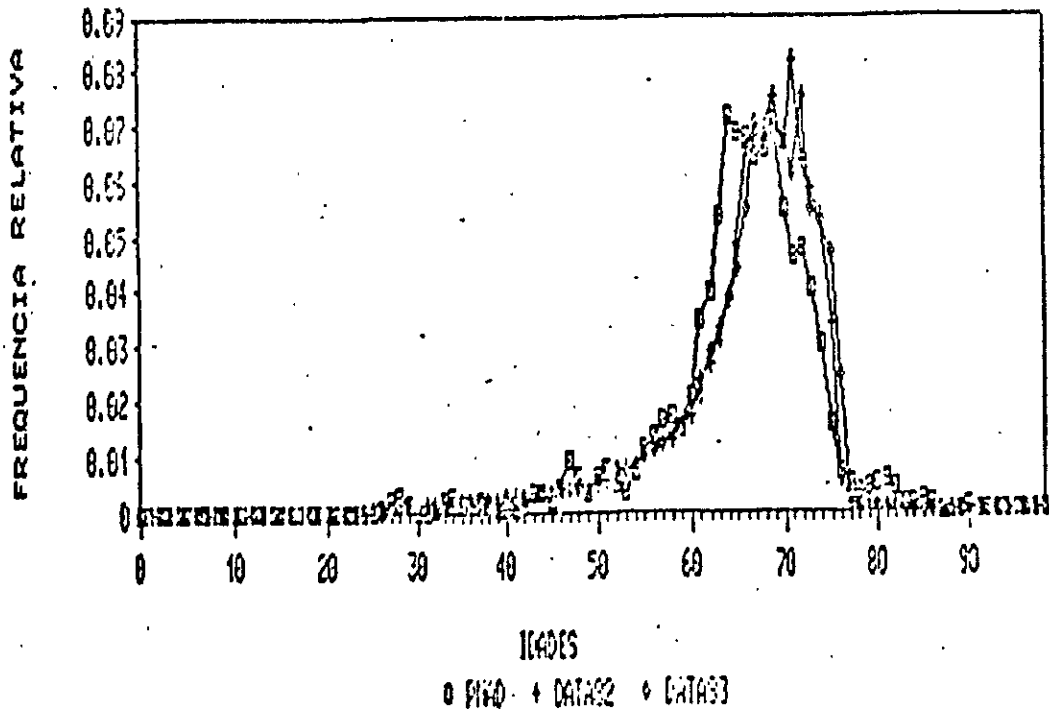


GRÁFICO 29

RAZÃO ENTRE PROJEÇÃO E CENSO

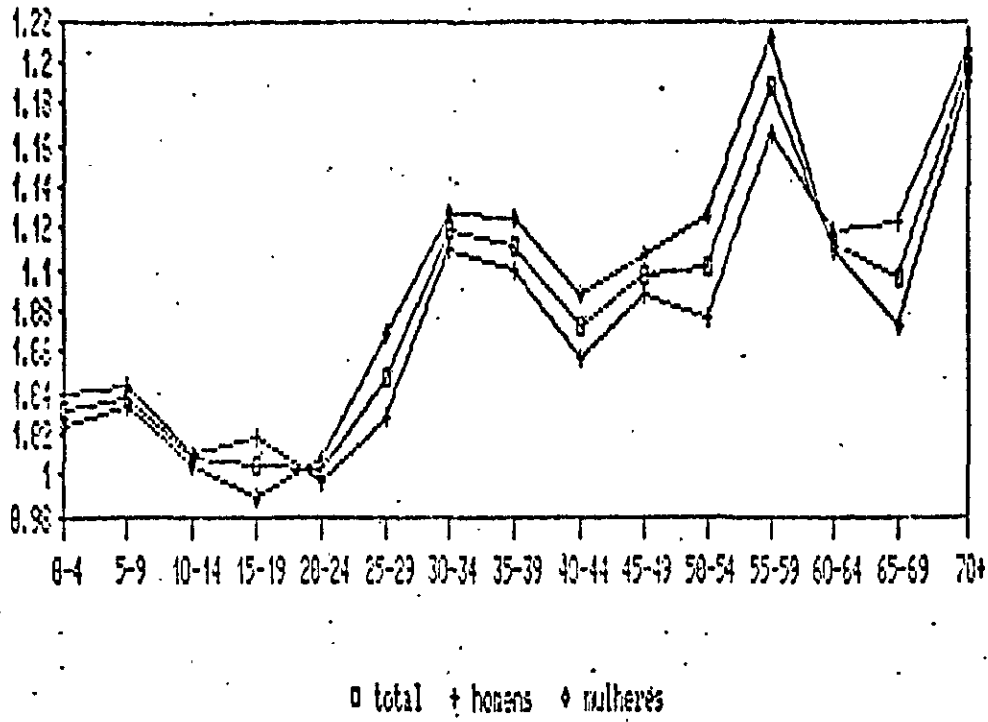


GRÁFICO 30

RAZÃO ENTRE PROJEÇÃO E CENSO

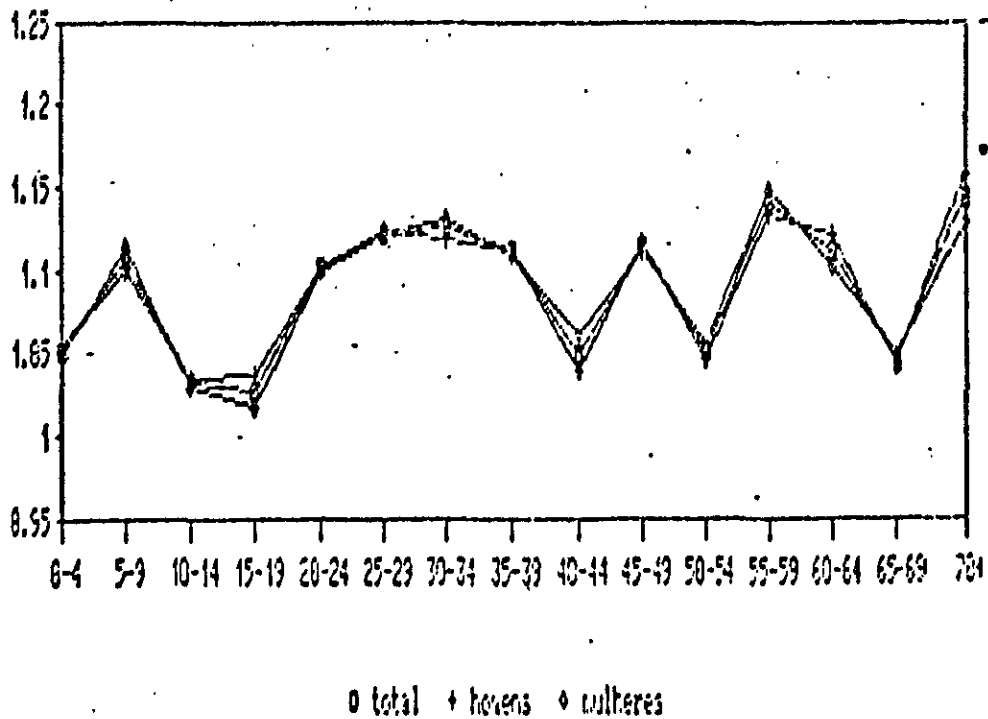
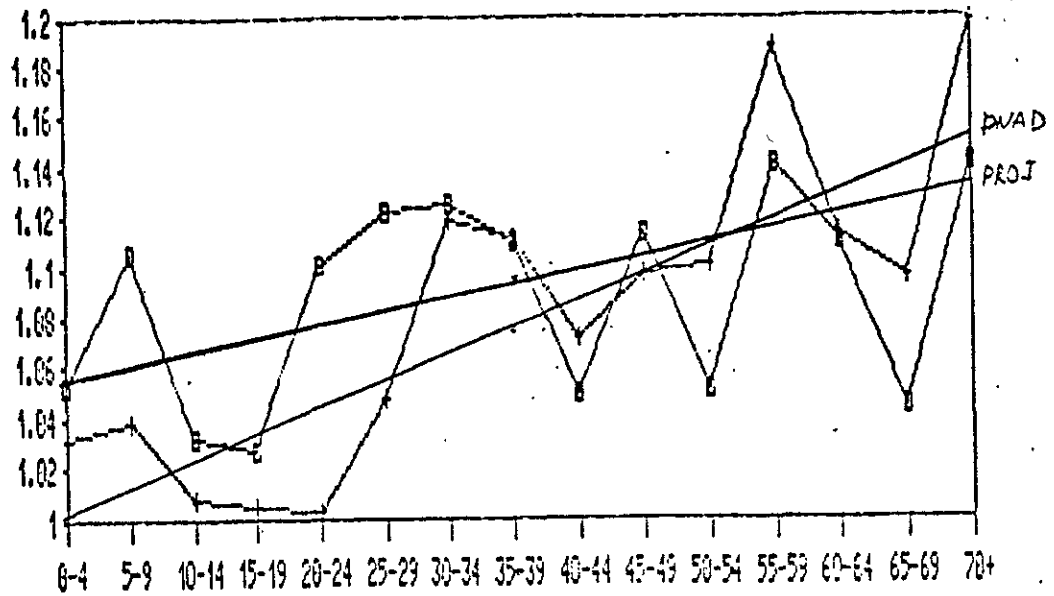


GRÁFICO 31

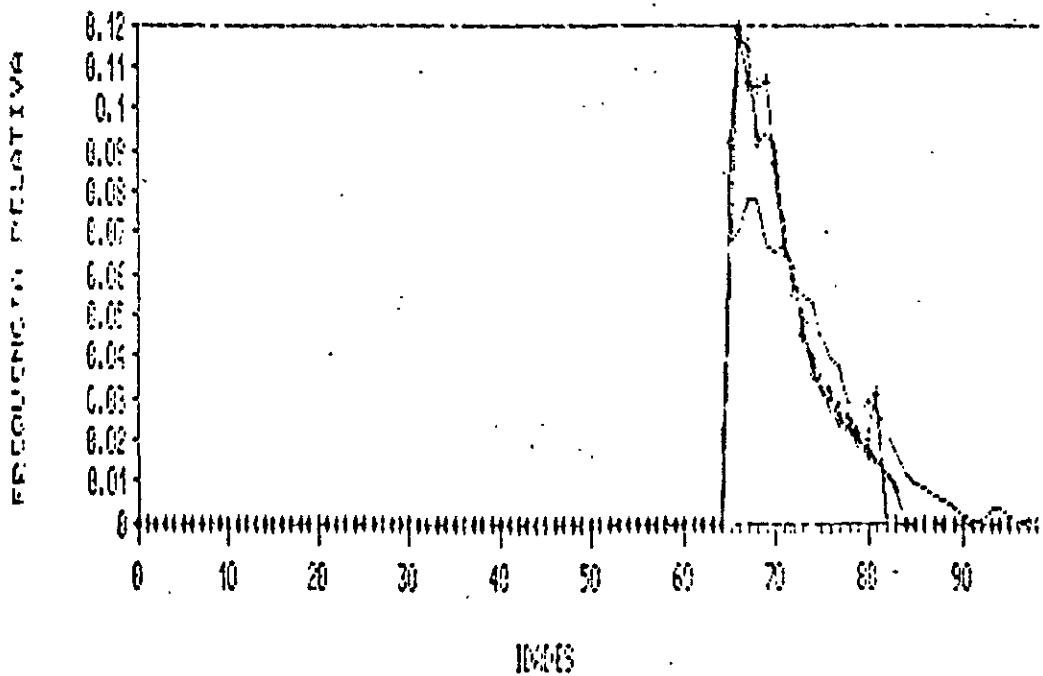
RAZÃO ENTRE POP93 E POP90



□ projeção + poad

GRÁFICO 32

APÓS-ENTRADA VELHICE
MORTES



— 1990 + 1993 - 1993

ANEXO 1TABELA DE CONVERSÃO DOS CÓDIGOS DE NOME DO ARQUIVO
PARA O BENEFÍCIO CORRESPONDENTE

01	Pensão do Trabalhador Rural
02	Pensão por Acidente de Trabalho do Trabalhador Rural
03	Pensão do Empregador Rural
04	Pensão Invalidez do Trabalhador Rural
05	Aposentadoria Invalidez Acidente de Trabalho (Rural)
06	Aposentadoria Invalidez Empregador Rural
07	Aposentadoria Velhice Trabalhador Rural
08	Aposentadoria Velhice Empregador Rural
09	Complementação por Acidente de Trabalho (Rural)
10	Auxílio Doença Acidente de Trabalho (Rural)
11	Renda Mensal Vitalícia por Invalidez
12	Renda Mensal Vitalícia, maiores de 70 anos
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	Pensão do Estudante
20	Pensão Diplomata
21	Pensão
22	Pensão de Servidor Autárquico
23	Pensão de Ex-Combatente
24	Pensão Ato Institucional
25	Auxílio Reclusão
26	Pensão Lei 593
27	Pensão Dupla Aposentadoria
28	Pensão Decreto nº 20.645/31
29	Pensão Lei nº 1.756/62
30	Renda Mensal Vitalícia Invalidez

31	Auxílio Doença
32	Aposentadoria Invalidez
33	Aposentadoria Invalidez Aeronauta
34	Aposentadoria por Invalidez - Lei nº 1.756/62
35	Auxílio Doença Ex-Combatente
36	Aposentadoria por Invalidez - Ex-Combatente
37	Aposentadoria Extranumerário da União
38	Aposentadoria CAPIN
39	Auxílio Invalidez Especial
40	Renda Mensal Vitalícia 70 anos
41	Aposentadoria por Velhice
42	Aposentadoria por Tempo de Serviço
43	Aposentadoria por Tempo de Serviço Ex-Combatente
44	Aposentadoria Especial do Aeronauta
45	Aposentadoria Tempo de Serviço do Jornalista
46	Aposentadoria Especial
47	Abono 25%
48	Abono 20%
49	Aposentadoria Ordinário
50	Auxílio Doença (Plano Básico)
51	Aposentadoria por Invalidez, Plano Básico
52	Aposentadoria por Velhice, Plano Básico
53	Auxílio Reclusão, Plano Básico
54	
55	Pensões do Plano Básico
56	Pensão Talidomida
57	Aposentadoria Tempo de Serviço - Professor
58	Aposentadoria Anistiado
59	Pensão Anistiado
60	
61	Auxílio Natalidade
62	Auxílio Funeral
63	Auxílio Funeral Trabalhador Rural
64	Auxílio Funeral Empregador Rural
65	P C 3373
66	P C 28798
67	P C 5128

68	P C AP 60 a
69	
70	Rest. cont.
71	Sf. Prev.
72	Aposentadoria por Tempo de Serviço - Lei nº 1.756/62
73	Salário Família, Lei nº 73.883/74
74	Complementação de Pensão
75	Complementação de Aposentadoria
76	Salário Família Lei 956
77	Salário Família Servidor Público
78	Aposentadoria por Velhice - Lei nº 1.756/62
79	Vantagens
80	
81	Aposentadoria Compulsória
82	Aposentadoria por Tempo de Serviço - SASSE
83	Aposentadoria por Invalidez - SASSE
84	Pensão SASSE
85	
86	
87	
88	
89	P C Rcat
90	
91	Auxílio Doença Acidente de Trabalho
92	Aposentadoria Invalidez Acidente de Trabalho
93	Pensão por Acidente do Trabalho
94	Auxílio Acidente
95	Auxílio Suplementar
96	P C Invalidez Acidente de Trabalho
97	P C MTE Acidente de Trabalho
98	
99	

ANEXO 2PREVIDÊNCIA - ESPÉCIES AGREGADAS

- 1) Aposentadoria por velhice - 41,52,78,81
- 2) Aposentadoria por tempo de serviço - 42,43,45,57,58, 72, 75,82
- 3) Aposentadoria especial - 37,38,44,46,49
- 4) Aposentadoria por invalidez - 32,33,34,36,51,83,92
- 5) Abono de permanência: 20% - 48
- 6) Abono de permanência: 25% - 47
- 7) Renda mensal vitalícia por velhice - 40
- 8) Renda mensal vitalícia por invalidez - 30
- 9) Pensões - 19,20,21,22,23,24,26,27,28,29,55,56,59,74, 84, 93
- 10) Auxílio-doença/acidente - 31,35,39,50,91,94,95
- 11) Pensão do trabalhador rural - 01,02
- 12) Pensão do empregador rural - 03
- 13) Aposentadoria por invalidez do trabalhador rural - 04,05
- 14) Aposentadoria por invalidez do empregador rural - 06
- 15) Aposentadoria por velhice do trabalhador rural - 07
- 16) Aposentadoria por velhice do empregador rural - 08
- 17) Amparo previdenciário por invalidez - 11
- 18) Amparo previdenciário por velhice - 12

BIBLIOGRAFIA

- BANFAM, "Pesquisa Nacional sobre Saúde Materno-Infantil e Planejamento Familiar: Brasil 1986". Rio de Janeiro, Departamento de Educação e Comunicação Social da BENFAM, 1987.
- CAMARANO, Ana Amélia, BELTRÃO, Kaizô I., NEUPERT, R. "Século XXI: A quantas Andará e Onde Andará a População Brasileira?", versão preliminar (Texto para Discussão Interna), INPES/IPEA, 1988.
- OLIVEIRA, F.E.B. et alii. "Tendências a Médio Prazo da Previdência Social Brasileira: Um Modelo de Simulação" TDI nº 73 INPES/IPEA, jan. 1985.
- SMOLKA, Maria Alice L.F. & CARVALHO, Maria Alice M. "As Estatísticas Previdenciárias: Uma Revisão Crítica", RBE 47(185): 55-93", jan./mar. 1986.
- VILLELLA, R & BELTRÃO, K.I. "A Concessão de Benefícios Previdenciários: Uma Nota sobre o tratamento dos Dados Originários da DATAPREV", Relatório Interno nº 05, INPES/IPEA, novembro de 1987.

TEXTOS PARA DISCUSSÃO INTERNA

EDITADOS A PARTIR DE JANEIRO DE 1986

- Nº 85 - "Fundos Sociais", Fernando A. Rezende da Silva e Beatriz Azeredo da Silva, Janeiro 1986, 29 p.
- Nº 86 - "Optimal Foreign Borrowing in a Multisector Dynamic Equilibrium Model: A Case Study for Brazil", Octávio A.F. Tourinho, Janeiro 1986, 47 p.
- Nº 87 - "Proposta de Diretrizes Preliminares para uma Política de Abastecimento", Maria Beatriz de A. David, Março 1986, 44 p.
- Nº 88 - "Os Impactos da Política de Comercialização Agrícola sobre a Produção e os Preços. Uma Análise da Literatura e Algumas Evidências Empíricas", Maria Beatriz de A. David e Luis Alberto de L.C. Ribeiro, Março 1986, 49 p.
- Nº 89 - "Distribuição de Renda: 1970/1980", José W. Rossi, Maio 1986, 17 p.
- Nº 90 - "Balança Comercial e Dinâmica da Desvalorização Cambial no Brasil, 1970/84", Helson C. Braga e José W. Rossi, Maio 1986, 20 p.
- Nº 91 - "Algumas Considerações sobre os Efeitos da Reforma Monetária no Campo Social: Seguro-Desemprego e Previdência Social", Francisco E.B. de Oliveira, Kaizô Iwakami Beltrão e Marco Aurélio de Sã Ribeiro (estagiário), Maio 1986, 16 p.
- Nº 92 - "Modelos de Previsão para Séries de Produção e Preços : Metodologia Bayesiana e Box-Jenkins para Séries Temporais", Gutemberg H. Brasil, Hélio S. Migon, Reinaldo C. Souza, Sérgio S. Portugal, Maio 1986, 63 p.
- Nº 93 - "O Controle de Preços dos Alimentos e seus Efeitos sobre a Produção e o Abastecimento. Algumas Considerações para o Ano de 1986", Maria Beatriz de A. David, Junho 1986, 39 p.

- Nº 94 - "Previsão da Inflação e Produção Industrial Pós-Choque via Análise de Intervenção", H.S. Migon e G.H. Brasil, Julho 1986, 18 p.
- Nº 95 - "Exacerbação do Consumo e Salário Médio: Evidências sobre o Efeito-Sincronização", Ricardo Cicchelli Velloso, Setembro 1986, 20 p.
- Nº 96 - "The Demand for Money in Brazil Revisited", José W. Rossi, Outubro 1986, 24 p.
- Nº 97 - "O Programa de Estabilização Econômica e o Poder de Compra do Salário Mínimo", Daniel A.R. de Oliveira e Ricardo Cicchelli Velloso, Outubro 1986, 19 p.
- Nº 98 - "Formação de Expectativas num Contexto de Inflação Baixa e Alta Incerteza", Fábio Giambiagi, Outubro 1986, 38 p.
- Nº 99 - "Progresso Técnico na Indústria Brasileira: Indicadores e Análise de seus Fatores Determinantes", Helson C. Braga e Virene Matesco, Outubro 1986, 71 p.
- Nº 100 - "As Migrações Internas e a Previdência Social", Maria Helena F.T. Henriques e Kaizô Iwakami Beltrão, Outubro 1986, 59 p.
- Nº 101 - "Testing for First Order Serial Correlation in Temporally Aggregated Regression Models", Pedro L. Valls Pereira, Novembro 1986, 17 p.
- Nº 102 - "Notas sobre as Estatísticas de Investimento no Brasil", Guilherme Gomes Dias, Dezembro 1986, 35 p.
- Nº 103 - "A Dívida Pública no Brasil e a Aritmética da Instabilidade", José W. Rossi, Dezembro 1986, 12 p.
- Nº 104 - "Estudos para a Reforma Tributária - Tomo 1: Proposta de Reforma do Sistema Tributário Brasileiro", Fernando A. Rezende da Silva, Março 1987, 63 p.

- Nº 105 - "Estudos para a Reforma Tributária - Tomo 2: Tributação de Renda e do Patrimônio", Francisco de Paulo Correia Carneiro Giffoni e Luiz A. Villela, Fevereiro 1987, 67 p.
- Nº 106 - "Estudos para a Reforma Tributária - Tomo 3: Tributação de Mercadorias e Serviços", Ricardo Varsano, Fevereiro 1987, 165 p.
- Nº 107 - "Estudos para a Reforma Tributária - Tomo 4: Contribuições Sociais", Fernando A. Rezende da Silva e Beatriz A. Silva, Fevereiro 1987, 94 p.
- Nº 108 - "Estudos para a Reforma Tributária - Tomo 5: Federalismo Fiscal", José Roberto Afonso e Thereza Lobo, Março 1987, 153 p.
- Nº 109 - "A Aritmética da Escala Móvel: Uma Análise do Comportamento do Salário Real num Regime de Reajustes com Periodicidade Endógena", Fábio Giambiagi, Março 1987, 30 p.
- Nº 110 - "Inflação, Preços Mínimos e Comercialização Agrícola: A Experiência dos Anos Oitenta", Gervásio Castro de Rezende, Abril 1987, 39 p.
- Nº 111 - "A Política Salarial e a Crise Econômica", Fernando A. Rezende da Silva, Maio 1987, 32 p.
- Nº 112 - "Surplus Labor and Industrialization", Kevin M. Murphy, Andrei Shleifer e Robert W. Vishny, Maio 1987, 19 p.
- Nº 113 - "Um Modelo de Consistência Multissetorial para a Economia Brasileira", Márcio Gomes Pinto Garcia, Maio 1987, 42 p.
- Nº 114 - "Endividamento Municipal: O Estado Atual das Dívidas das Capitais Estaduais", Thompson Almeida Andrade, Agosto 1987, 26 p.
- Nº 115 - "Modelo de Equilíbrio Geral para o Brasil com Fluxos Reais e Financeiros Integrados", Marco Antonio Cesar Bonomo, Outubro 1987, 43 p.

- Nº 116 - "Elasticidades de Engel no Brasil usando um Sistema de Equações com Especificação LOGIT", José W. Rossi e Cesar das Neves, Outubro 1987, 15 p.
- Nº 117 - "Projeções do IPCA", Pedro L. Valls Pereira e Sergio S. Portugal, Outubro 1987, 36 p.
- Nº 118 - "A Carteira de Trabalho e as Condições de Trabalho e Remuneração dos Chefes de Família no Brasil", Ricardo Paes de Barros e Simone Varandas, Outubro 1987, 28 p.
- Nº 119 - "Perspectivas e Necessidades Educacionais da Mão-de-Obra", Manoel Augusto Costa, Outubro 1987, 16 p.
- Nº 120 - "Modelo Multissetorial CEPAL/IPEA para o Brasil", Fábio Giambiagi, Guilherme Gomes Dias, Juan José Pereira e Márcio Gomes Pinto Garcia, Outubro 1987, 124 p.
- Nº 121 - "A Reforma Fiscal no Processo de Elaboração da Nova Constituição", Fernando A. Rezende da Silva e José Roberto R. Afonso, Novembro 1987, 53 p.
- Nº 122 - "Avaliação do Sistema Tributário Proposto no Projeto de Constituição", Ricardo Varsano, Novembro 1987, 35 p.
- Nº 123 - "O Orçamento Brasileiro: seu Processo Atual e as Reformulações Propostas no Projeto Constitucional", Maria da Conceição Silva, Novembro 1987, 30 p.
- Nº 124 - "As Contribuições Sociais no Projeto de Constituição", Beatriz Azeredo, Novembro 1987, 55 p.
- Nº 125 - "Endividamento Municipal: Análise da Situação Financeira de Quatro Capitais Estaduais (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Salvador)", Thompson A. Andrade, Novembro 1987, 33 p.
- Nº 126 - "Ajuste Externo e Agricultura no Brasil: 1981/86", Gervásio Castro de Rezende, Dezembro 1987, 46 p.

- Nº 127 - "Considerações sobre a Relação entre a Dívida Pública e a Inflação", José W. Rossi, Dezembro 1987, 09 p.
- Nº 128 - "Estratégias de Desenvolvimento: América Latina vs. Leste Asiático", Armando Castelar Pinheiro, Dezembro 1987, 35p.
- Nº 129 - "Industrial Policies and Multinational Enterprises in Latin America", Helson C. Braga e Virene Matesco, Dezembro 1987, 30 p.
- Nº 130 - "A Sensibilidade das Medidas de Desigualdade à Padronização da Jornada de Trabalho", Ricardo Paes de Barros, Janeiro 1988, 28 p.
- Nº 131 - "Influência das Paridades Cambiais sobre a Dívida Externa: O Caso Brasileiro - 1983/86", Fabio Giambiagi, Janeiro 1988, 23 p.
- Nº 132 - "O (Des)controle do Endividamento de Estados e Municípios - Análise Crítica das Normas Vigentes e Propostas de Reforma", Fernando Rezende e José Roberto R. Afonso, Janeiro 1988, 75 p.
- Nº 133 - "O "Efeito-Tanzi" e o Imposto de Renda da Pessoa Física: Um Caso de Indexação Imperfeita", Fábio Giambiagi, Março 1988, 17 p.
- Nº 134 - "Estimação e Resultados do MOPSE - Modelo para Projeções do Setor Externo", Sandra M. Polónia Rios, Regis Bonelli, Eustáquio J. Reis, Março 1988, 86 p.
- Nº 135 - "Investimento em Capital Fixo na Economia Brasileira: Estimativas Trimestrais para o Período 1975/87", Armando Castelar Pinheiro e Virene Matesco, Março de 1988, 23 p.
- Nº 136 - "Os Investimentos Governamentais na Infra-Estrutura Social: O Caso do FINSOCIAL", Bernhard Beiner, Abril 1988, 27 p.

- Nº 137 - "Testes de Exogeneidade da Moeda para a Economia Brasileira", Pedro L. Valls Pereira e João Luiz Mascolo, maio de 1988, 22 p.
- Nº 138 - "A Receita Fiscal no Brasil: 1982/87 - Análise do Comportamento da Arrecadação Global e da sua Composição", Fabio Giambiagi, maio de 1988, 18 p.
- Nº 139 - "O Brasil e a Atual Rodada de Negociações do GATT", José Tavares de Araujo Jr, maio de 1988, 21 p.
- Nº 140 - "Produtividade e vantagens comparativas dinâmicas na indústria brasileira: 1970-83", Helson C. Braga e Ernani Hickmann, junho de 1988, 23 p.
- Nº 141 - "Dívidas e Déficits: Projeções para o Médio Prazo", E.J. Reis, R. Bonelli e S.M. Polónia Rios, Junho de 1988, 45 p.
- Nº 142 - "Importação de Tecnologia e Esforço Tecnológico da Indústria Brasileira: Uma Análise de seus Fatores Determinantes", Helson C. Braga e Larry N. Willmore, Junho de 1988, 32 p.
- Nº 143 - "Estimativas de Preços Econômicos no Brasil", Ronaldo Serôa da Motta, Junho de 1988, 18 p.
- Nº 144 - "Migrações Interestaduais no Brasil, 1950/80", Manoel Augusto Costa, Junho de 1988, 55 p.
- Nº 145 - "Distribuição de Renda: Evolução no Último Quarto de Século", Regis Bonelli e Guilherme Sedlacek, Junho de 1988, 23 p.
- Nº 146 - "Cenários Demográficos Regionais até 2005", Manoel Augusto Costa, Junho de 1988, 38 p.

VII

- Nº 147 - "Demanda Derivada de Energia no Transporte de Passageiros", Newton de Castro, Julho de 1988, 41 p.
- Nº 148 - "Mobilidade entre classes de renda no Brasil", Manoel Augusto Costa, Julho de 1988, 50 p.

O INPES edita ainda as seguintes publicações: Pesquisa e Planejamento Econômico; Literatura Econômica; Coleção Relatórios de Pesquisa; Série Monográfica; Série PNPE; Série Estudos de Política Industrial e Comércio Exterior (EPICO); Relatório Interno; Informes Conjunturais; Boletim Conjuntural; Série Estudos sobre Economia do Setor Público (ESEP); Série Fac-Símile; Informe Técnico INPES e Carta de Conjuntura.